



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1194/05	DATA: 18/8/2005
INÍCIO: 10h59min	TÉRMINO: 14h31min	DURAÇÃO: 03h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h31min	PÁGINAS: 115	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado do Estado de Minas Gerais — CAO-CRIMO
ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Delegado-Corregedor da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ex-Policial Civil do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, vamos dar início à 36ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Hoje nós temos a oitiva do Procurador de Justiça e Coordenador do CAO-CRIMO de Minas Gerais, Dr. André Ubaldino; do Dr. Elder Gonçalo Monteiro D'Ángelo, Delegado de Polícia Civil de Minas Gerais, que já estão conosco aqui; e também de Marco Túlio Prata, conhecido como Pratinha, ex-policial do Estado de Minas Gerais.

Vamos dar início ouvindo o depoimento do Procurador e do Delegado. Eu convido os 2 a se sentarem à Mesa conosco. (*Pausa.*)

Dr. André, primeiro eu quero agradecer. Além de tudo, é um amigo de longa data. Temos trabalhado juntos em alguns trabalhos nesta Casa, especialmente quando fizemos aquela Comissão Especial sobre segurança pública. E quero agradecer a presença ao Dr. Ubaldino e ao Dr. D'Ángelo entre nós. É claro que o que nos interessa aqui hoje é o assunto Marco Túlio Prata, o Pratinha, e também se tiver alguma notícia sobre o tráfico de armas e organizações criminosas nesse sentido, também nos interessam.

Então, o Dr. André Ubaldino vai fazer uso da palavra. Normalmente, o tempo é de 20 minutos para fazer uso da palavra, mas se precisar de algum tempo mais, não tem problema. Logo depois o Dr. Elder, então. Depois de ouvi-los e de os Deputados tirarem as suas dúvidas, nós vamos chamar Marco Túlio Prata para ser ouvido.

Com a palavra o Dr. André Ubaldino.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de agradecer o gentil convite que me foi dirigido e cumprimentá-lo, externando aqui o meu prazer de revê-lo. Como disse, nós já temos uma história de trabalhos conjuntos. Cumprimentá-lo e também cumprimentar o Legislativo na pessoa do Deputado Mauro Lopes, Parlamentar pelo meu Estado. Inicialmente, eu gostaria de dizer aos senhores presentes que a atividade que redundou na prisão do Sr. Marco Túlio Prata decorreu das reiteradas informações chegadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e talvez — quem sabe? — até a própria Corregedoria, por outros meios também, no sentido de que esse cidadão era dado à prática contumaz de comércio de armas e munições. Comércio



que ele desenvolveria, segundo os relatos anônimos, de forma clandestina, de forma irregular. Não se tratava, portanto, de nenhuma atividade autorizada. Tão numerosas foram as informações — e algumas delas revestidas de detalhes que poderiam ser objeto de verificação — que, de fato, o Ministério Público se julgou obrigado a encetar algumas diligências no sentido de apurar a veracidade do fato, até porque, segundo se afirmava, esse cidadão já deveria estar respondendo — e de fato respondia — por prática de crimes dolosos contra a vida, um deles bastante rumoroso, até porque praticado no interior do hospital, de um pronto-socorro da Capital do Estado de Minas Gerais. Em decorrência disso, e em decorrência de haver em curso a instrução de um processo de homicídio por ele praticado, exatamente homicídio praticado dentro do Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, foi requerida e deferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Contagem a interceptação de suas comunicações telefônicas. Obviamente, eu até me permito externar isso aqui publicamente porque, lamentavelmente, isso veio a público, embora não se desejasse que isso ocorresse. E o fato é que, em decorrência disso, constatou-se que, de fato, o tal cidadão era dado à prática da mercancia desse armamento, o que levou a que, respondendo ele já por um homicídio e havendo inquéritos instaurados contra ele ou havendo até ações penais propostas contra ele, houvesse, então, um pedido deduzido ao Juízo no sentido que fosse decretada a sua prisão preventiva e fosse expedido o mandado de busca e apreensão para cumprimento em sua casa. A condição jurídica que esse cidadão ostenta é a de policial civil aposentado, supostamente em decorrência de problemas mentais. Supostamente. O fato é que, dada a sua condição jurídica, que talvez não devesse redundar em que a ação fosse realizada pela Corregedoria, mas, sim, pela Polícia de um modo geral, sem que fosse o organismo específico da força policial mineira, deliberou-se, todavia, provocar a ação da Corregedoria. E por quê? Porque esse indivíduo, conforme é sabido em todo o Estado de Minas Gerais, desfruta de grande prestígio em meio a pessoas que compõem várias organizações policiais. E por isso é que a provocação dirigida pelo Ministério Público no sentido de que se cumprissem a ordem judicial de prisão e a ordem judicial de busca e apreensão dirigiu-se exatamente à Corregedoria de Polícia, que, na ocasião representada pelo Dr. Elder D'Ângelo, esteve no local — o dia, salvo engano, foi o dia 14 de julho —, quando então, de fato, a Polícia Civil, representada por numerosos policiais



extremamente bem preparados e perfeitamente identificados, acompanhados por 2 membros do Ministério Público, um dos quais eu e o outro o Dr. Rodrigo Fonte Boa, estivemos em casa desse cidadão, quando então os policiais se anunciaram como policiais, e policiais da Corregedoria, o que fez com que esse cidadão entreabrisse a porta e, mesmo percebendo a presença de viaturas ostensivas à porta da sua casa e de policiais que se identificaram, tentou fechar essa porta e retornar para o interior da residência. Apesar disso, essa sua iniciativa foi contida porque policiais investiram contra a porta e conseguiram vencer a resistência por ele oposta e ingressaram em sua casa. Ele, então, opôs aquilo que, a meu juízo — e pude perceber parte da ação —, foi uma resistência encetada contra os policiais. Determinavam eles, reiteradamente, que ele largasse o objeto que trazia consigo e que se encontrava em sua mão, salvo engano a direita, estendida rente ao corpo; e ele resistia, e resistia em cumprir a ordem, o que fez com que houvesse ali um movimento de pessoas. E eu até calculei que eventualmente a sua resistência pudesse ensejar algum disparo. Por isso até me abstive de entrar porque já havia gente demais dentro do ambiente. Ele foi finalmente contido. Ou se projetou ao chão, ou o seu corpo foi projetado em decorrência da resistência oposta. Quando finalmente dominado... ele foi dominado fisicamente, mas manifestava uma profunda irritação, apesar de lhe ter sido dito que ali se encontravam os policiais no cumprimento de uma ordem judicial. Chegou a dizer, em certo instante — e o Dr. Elder D'Ángelo se encontrava na parte exterior da casa e, por isso, eu voltei para alertá-lo —, chegou a dizer, em certo momento, quase que textualmente: "*Isso não fica assim*", o que me levou a retornar para a parte exterior e comunicar imediatamente à autoridade que dirigia a operação o que me pareceu ser uma ameaça dirigida aos policiais. Isso provocou — esse seu comportamento, associado ao comportamento do seu filho, que também empunhou uma arma para deter os policiais na busca que realizaram, e da sua mulher, que também revelou uma certa animosidade —, esse comportamento deles fez com que, num dado instante, eles fossem retirados da casa para que os ânimos fossem serenados. Permaneceram ali, portanto, os outros familiares do Marco Túlio Prata, já que Marco Túlio Prata e seu filho foram retirados porque presos em flagrante, e aí, então, se realizou a busca mais minuciosa. Naquele instante, antes mesmo de sua saída, ele e seu filho foram desarmados porque ambos haviam recebido a Polícia com armas na mão: ele com



uma pistola Walther 765, e o seu filho com uma carabina 12, de repetição, daquela modelo Pump. Quando eles finalmente foram retirados, então a busca se realizou um pouco mais minuciosamente, com um pouco mais de calma para isso. Foram arroladas testemunhas do povo. Uma delas, lamentavelmente — e depois eu vim a constatar no curso das diligências —, era pessoa das relações pessoais da pessoa presa. E não só pessoa das relações pessoais. Ao ler o inquérito policial de uma ação penal a que responde o Sr. Marco Túlio Prata pela prática de homicídio, eu percebi que uma das testemunhas do seu filho é exatamente o cidadão que naquele dia estava acompanhando a diligência realizada. Foi uma lamentável coincidência porque eu desejava que as testemunhas pudesse conservar a isenção necessária ou que não tivessem nenhum sentimento que lhes pudesse comprometer a isenção. O fato é que, superada essa dificuldade, realizou-se, então, a busca. A busca se realizou na parte exterior e também na parte interior. Na parte exterior foram localizadas, conforme nacionalmente se soube, algumas caixas contendo documentos de uma empresa denominada DNA Propaganda, documentos estes de cuja existência na casa se suspeitara, mas já não se suspeitava mais porque se supunha que estivessem sido destruídos anteriormente, o que não havia sido feito completamente. Por isso foram encontrados ali aqueles documentos e ainda 2 tambores metálicos, desses próprios para acondicionamento de produtos de petróleo, com farto papel queimado até a metade da sua altura completa. E, entre esses papéis, era possível verificar fragmentos de notas fiscais da DNA. Já no interior da casa foram encontradas, em compartimentos diversos, algumas bombas de efeito moral; granadas de efeito moral, explosivas; alguns explosivos artesanais que, segundo revela a perícia — e eu acabei de lê-la agora há pouco —, seriam capazes de provocar dano à integridade física, inclusive óbito, dada a quantidade de pólvora que reunia cada um desses bastões; mais de uma dezena de granadas — parece- me que foi isso; e cerca de 17 armas. Além dessas armas, farta munição; coldres em grande número; aparelho de comunicação, que se encontrava sintonizado, segundo disse a perícia, na frequência da Polícia Militar; e o que me impressionou sobremaneira — e parece também V.Exa. — foi a localização, que por sinal deu-se por mim. Não estou atraindo para mim nenhum mérito, não. Mas é que, quando eu cheguei àquele local e vi os policiais reunidos, querendo cooperar com a sua atividade e imaginando que eles já tivessem averiguado o material que se



encontrava na lateral direita, eu então peguei uma dessas bolsas próprias para acondicionamento de arma e abri. E, ao abrir, eu percebi que ali se encontrava uma pistola da marca Bersa, calibre 22, de fabricação argentina, juntamente com um carregador. Imediatamente exibi o que encontrei aos que se encontravam no mesmo quarto em que a encontrei; e, em seguida, peguei e vi que ela realmente se adaptava perfeitamente àquela arma. Prosseguindo, ainda foi aberto, também por mim, um desses estojos de acondicionamento de armas longas. Descobri, então, que se tratava de uma carabina calibre 22, semi-automática, da marca CBC, também com uma pequena peça, a exemplo da pistola, uma pequena peça acondicionada que recobre uma rosca existente; e, retirada a rosca, o silenciador, que se encontrava dentro da mesma bolsa de acondicionamento e também se adaptava perfeitamente ao 22. Eu devo confessar que, para mim pessoalmente, como Promotor de Justiça, foi uma alegria encontrar essa arma em especial porque essa arma é suspeita... não a arma, é claro, mas o indivíduo é suspeito de, com essa arma, ter praticado, ao menos, um homicídio consumado, e me parece que 2 tentados, no interior de sua casa. Então, encontramos isso e encontramos um terceiro carregador. Carregador que não conseguimos identificar a que arma pertencia porque nenhuma havia que se adaptasse perfeitamente àquele silenciador. Além disso, foram encontradas munições do calibre 556, que são as munições do AR-15, correndo à boca pequena, no meio policial mineiro, a informação de que o Sr. Marco Túlio Prata efetivamente tem a propriedade de uma arma do calibre 556, uma arma do modelo AR-15, o que, aliás, já havia sido noticiado a órgãos da Polícia Civil no ano passado, já que há um ofício, de fato, que se refere a que o órgão de inteligência da Polícia Civil mineira recebera a informação de que ele comercializava e usava armas de uso proibido, entre as quais revólver do calibre 357; pistolas calibre 40, da marca Glock e outras; fuzis FAL, AR-15 e M-16, que é a versão militar do AR-15, que atira, portanto, em rajada. Além disso, foram encontrados, surpreendentemente para mim, 10 carregadores da metralhadora HK, que é uma arma comumente usada pela Polícia Federal e também pelas unidades especiais da Polícia Civil. Diga-se mais: diga-se que há informes de que as armas correspondentes existem, mas, lamentavelmente, não conseguimos descobrir onde elas se encontram. Em apertada síntese, respeitados os limites de tempo, é o que



eu trouxe. Muito daquilo a que acabo de fazer referência está aqui comprovado pelos documentos que instruí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer ao Dr. André pela síntese que fez e que já nos deixou preocupados, porque realmente os indícios aí são fortes.

Quero agora passar a palavra ao Dr. Elder Gonçalo Monteiro D'Ângelo, que pode talvez corroborar algumas informações e, ao mesmo tempo, complementar alguma coisa que ache necessário.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Com certeza. Muito obrigado, Presidente. Eu também agradeço a oportunidade de estar aqui, em plenário, na Capital Federal, dando a minha contribuição para o esclarecimento desse fato. Conforme o Dr. André Ubaldino já explanou, a Corregedoria-Geral da Polícia Civil de Minas Gerais foi solicitada a prestar apoio ao Ministério Público em razão do cumprimento do mandado de prisão preventiva e do mandado de busca e apreensão na residência do Sr. Marco Túlio Prata. Nós, então, montamos a operação, que contou com agentes da Corregedoria da Polícia Civil e mais 2 delegados. Marcamos a operação para bem cedo, por volta de 6h da manhã, e realmente tudo o que o Dr. André Ubaldino já explanou foi, de fato, o relato fiel do que ocorreu. Quando nós chegamos à residência, nós o chamamos, identificamo-nos, e o Sr. Marco Túlio abriu o portão externo da sua residência, de uma forma... muito pouco, de forma que só desse para visualizar um ângulo de mais ou menos 60 graus, mas possível de visualizar as viaturas caracterizadas, inclusive os agentes que estavam próximos a ela. E o objeto a que o Dr. André Ubaldino se reportou aqui, que se encontrava na mão do Sr. Marco Túlio, era uma arma de fogo. Era uma pistola Walther PPK com que ele nos recebeu, muito embora ele não estivesse apontando a arma para ninguém; a arma estava para baixo. Mas nos recebeu armado. Então, o meu colega, o Dr. Fernando, informou a ele qual era o motivo da nossa diligência ali, e ele então fechou o portão rapidamente, o que fez com que o Dr. Fernando tivesse que usar de força física para adentrar a residência. Jogando o portão para trás, ele correu, foi dominado, e infelizmente teve que ser dominado com força moderada porque ele estava armado. Posteriormente, o seu filho também, de posse da carabina 12, que foi tomada das mãos, acabou sendo preso também pelo



fato da resistência. No interior da residência, depois das primeiras buscas que fizemos, começando da sala de visitas para o interior da residência, a maior quantidade de armamento foi encontrada no quarto de dormir do Sr. Marco Túlio. Encontramos inclusive uma pistola .40, de uso restrito da Polícia, tanto Civil quanto Militar, das polícias estaduais — acredito até que da Polícia Federal também —, oxidada, com numeração e emblema raspados, o que, em princípio, denota-se que seria uma arma furtada, ou roubada, ou extraviada de alguma unidade policial ou unidade militar. E também encontramos uma pistola .40, de fabricação da Taurus, uma fabricação nacional, mas de aço inox. Segundo consta, essa pistola só é feita pela Taurus para exportação; a Taurus não tem a venda dessa arma em mercado nacional. Isso também nos chamou muito a atenção. Farta quantidade de munição; as granadas de efeito moral que estavam em pronta condição de uso, até porque essas granadas foram encontradas num compartimento camouflado do guarda-roupa do quarto de uma das filhas do Sr. Marco Túlio. Foram encontradas as granadas; foram encontrados os carregadores de metralhadora HK — são 12 carregadores, o que evidencia que existiam realmente as armas, só não estavam ali. E a grande quantidade de munição calibre 556, ou se preferirem 223, que é a munição do Fuzil AR-15 de alto poder destrutivo. Pelas informações que a Corregedoria teve, captadas através de interceptação telefônica, estaria havendo realmente o comércio ilegal de arma de fogo, perpetrado pelo Sr. Marco Túlio. Obviamente, ele recebeu a voz de prisão em flagrante em razão desse comércio de arma, desse comércio ilegal; ele não tem autorização para isso; ele não é registrado como colecionador junto ao Ministério do Exército; não existe nenhum pedido para isso; não é registrado no Exército como armeiro, como reparador de armas. Então, essa atividade que ele estava exercendo ali, corroborada pela interceptação telefônica, era completamente ilegal. A respeito das granadas, o Dr. André já mencionou aqui o laudo pericial. As granadas, apesar de serem de efeito moral, em ambiente confinado elas podem vir a matar pelo deslocamento de ar que é desencadeado a partir da arrebentação. Até mesmo a granada de gás lacrimogêneo, e também havia duas granadas de gás lacrimogêneo com invólucro metálico. O invólucro das granadas de efeito moral era de plástico. Ainda assim, mesmo sendo de plástico, existe a possibilidade da expansão de estilhaço de plástico, que pode vir a ferir gravemente ou até tirar a vida de uma pessoa, dependendo da arrebentação. Isso



também nós consideramos um fato grave. Além do que os silenciadores de tiro, os abafadores de ruído, que foram em número de 3, as miras telescópicas. De acordo com o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, são materiais de uso restrito, são materiais que não podem ser de propriedade de particulares. E com um agravante: o Sr. Marco Túlio, embora um policial civil aposentado, é funcionário público. Ele ainda guarda vínculo com a administração porque recebe dos cofres públicos. Então, esse é o outro agravante que existe em torno desse fato. Felizmente, apesar da resistência, apesar de toda a confusão que gerou no início, felizmente não houve nenhum problema maior. Os familiares do Sr. Marco Túlio nos acompanharam durante toda a diligência. A cada cômodo que nós íamos, um familiar nos acompanhava. A diligência foi feita toda obedecendo ao Código de Processo Penal, a todo o regulamento que determina a condição de busca e apreensão domiciliar, e culminou com o achado daqueles documentos da DNA Propaganda, que estavam acondicionados em 14 caixas-arquivo, ao lado de uma churrasqueira, no quintal da casa, e de 2 latões-barris, tipo petróleo, que estavam, de papel carbonizado — também alguns fragmentos da DNA —, até pela metade, o que evidenciou que aqueles papéis estavam sendo ali incinerados. E, como se trata de documento particular, documento inclusive insuscetível de destruição porque eram documentos de 2003, de 2004, e não havia o prazo legal para destruição dos documentos, em tese, haveria o flagrante material, o estágio de flagrância material do crime previsto no art. 305 do Código Penal, que é a supressão de documentos. Como se trata de documento particular, não é documento público, nós não tínhamos, então, a autoria, porque não se sabia quem é que havia queimado aqueles documentos ou que estava queimando. Então, nós achamos por bem recolher a documentação. E o resto os senhores já sabem: deu aquela celeuma toda em razão disso aí. Pelo acondicionamento de algumas armas... algumas armas estavam colocadas dentro de bolsas tipo pochete, já com coldre; e revólveres com carregadores rápidos, que nós chamamos de *speed-loaders* — são carregadores para revólver. Já estavam acondicionados em bolsas; umas 3 bolsas com esse material, o que também evidenciou que aquilo estava pronto para a venda. Seria um *kit*. Então, nós encontramos isso e, como o Dr. André disse, cartucheiras, vários coldres, munição em excesso, uma bengala, um cassetete, que é uma arma dissimulada, um simulador de arma calibre 12, que também é proibido pela lei.



Então, tudo isso aí, já com a notícia de que havia a interceptação telefônica sobre a venda, o comércio ilegal de armas, isso ocorreu. Felizmente, não houve nenhum maior incidente. Esse fato que o Dr. André Ubaldino aí está dizendo a respeito das ameaças, isso realmente ocorreu. Ele ameaçou vários policiais: *“Eu vou matar, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo”*. Mas, se eu tivesse medo de morrer, eu não podia ser polícia — tinha que ser padre. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Tem padre morrendo! (*Risos.*)

Tem uns 2 aí...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - A possibilidade é menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero agradecer a exposição às duas autoridades e dizer que tem algumas coisas... Antes de passar a palavra aos inscritos, eu só peço que, como nós temos que ouvir outros, o Pratinha ainda, que a gente seja breve nas perguntas.

Eu só gostaria de saber, e pode ser de qualquer um, o perfil dele. Além de comércio de armas, tem um perfil também — eu quero entender isso — de matador contratado, alguma coisa assim, nesse sentido?

(Não identificado) - Comerciante de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Além de comerciante de armas.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de observar que essa é uma suspeita que, desde há muito, recai sobre esse cidadão. Eu busquei a sua folha de antecedentes funcionais junto à Corregedoria, e ele registra alguns comportamentos anormais desde o ano de 1982. Além dos fatos pelos quais ele é presentemente processado, recai sobre ele a suspeita, porque fruto de numerosas afirmações, de trabalhar na área de segurança privada, fazendo-o irregularmente. Diga-se mais: não se trata apenas de diz-que-me-diz-que. Ele próprio, numa das passagens em que inquirido, confirma que se deslocava de um certo lugar para outro, onde exercia as funções de segurança. E é exatamente nessa atividade típica de segurança, inclusive, segundo se afirma, de jogos ilícitos, que ele teria praticado...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Exatamente. Parece-me, quando fui Secretário, que houve denúncias de que ele estava administrando ou arrecadando



em casas de jogos, de maquininhas, não é isso? Parece-me que tinha essa informação.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Exatamente, Sr. Deputado, Sr. Presidente. Inclusive havendo relatos de que ele prestava segurança a essas casas; inclusive com as atividades típicas de intimidação daqueles que quisessem...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - (*Inaudível.*) Assassinato no estacionamento.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Exatamente. Há um homicídio que também se afirma ter sido obra dele próprio. E mais até — os Srs. Corregedores talvez saibam disso mais do que eu, porque eu me recordo apenas pelos relatos da imprensa —: houve um homicídio praticado defronte à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na praça defronte, que vitimou — não foi consumado naquela ocasião —, mas que vitimou um delegado corregedor de sobrenome Lobato. Não sei se os Srs. Corregedores haverão de se recordar disso. Foi atingido esse cidadão, que era um delegado corregedor, por um disparo silencioso que o deixou, num primeiro instante, não me lembro se paraplégico ou tetraplégico, vindo ele a falecer alguns poucos meses ou anos depois. Também esse fato é atribuído, segundo comentário geral, exatamente a esse cidadão. Por outro lado, se me permitem, apenas para concluir, o fato por ele praticado acintosamente dentro do hospital confirma o perfil efetivamente de executor de crimes. Tenho apenas talvez um pequeno senão em relação à fala do Dr. Elder. Eu só divirjo daquela velha afirmação segundo a qual cão que ladra não morde. Há exemplos daqueles que ameaçam e fazem. E me parece apenas que esse seja um. Não que a gente vá se intimidar por isso. Evidentemente, não. Mas ele tem um perfil perfeitamente compatível com os fatos de que é acusado.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Esse fato do delegado que estava fazendo caminhada na praça da Assembléia Legislativa em Minas não é da minha época, mas, quando cheguei a Belo Horizonte, fiquei sabendo disso. Os colegas me relataram isso. Sim, teria sido atingido por um projétil calibre 22, disparado por uma carabina com silenciador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Coincidemente, essa arma foi encontrada lá? É isso?



O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Eu espero que sim, que seja ela. Inclusive, essa carabina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. A perícia vai dizer se foi ela ou não.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas são armas com as mesmas características?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Exatamente. Inclusive, a arma parecia até mais usada, mais antiga, o que denota realmente que seria aquela que teria sido utilizada para esse delito. Eu não o conhecia pessoalmente, mas, quando cheguei a Belo Horizonte, eu ouvi falar do famoso Pratinha, que fazia e acontecia. É aquela história: a gente não pode se esquivar de cumprir o dever. Com arma de fogo na mão, qualquer criança é perigosa; com arma de fogo, uma criança de 6 anos é perigosa. Não se pode olvidar disso. Mas, se na realidade ele mata ou, de alguma forma, ofende a integridade física de outrem, eu posso dizer a V.Exa. que, no passado, as histórias que se contam em Belo Horizonte é de que ele teria cobertura para tal. De quem eu não sei. Mas que ele teria cobertura para isso. Depois que a cobertura morre, aposenta, vai embora do Brasil, o sujeito arrefece um pouco porque ele sabe que vai culminar no que culminou recentemente, que foi com a prisão dele. Não sei. Talvez eu esteja falando isso aqui de uma forma muito tranquila, até porque eu sou um dos que ele ameaçou matar. Então, para mim não vai fazer muita diferença, porque a nossa profissão é assim, igual à Hidra de Lerna: cortam a cabeça, e aparecem duas no lugar. Isso é assim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Passo a palavra ao primeiro Deputado inscrito, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, Dr. Elder, eu sou padre, sou Deputado, e não tenho medo de morrer, não. (*Risos.*) Então, a comparação não é boa. Quer dizer, medo todos nós temos de alguma coisa, mas como o agricultor dizia: "*Medo nós tem, mas medo nós não usa*". Ou seja, quem é que não tem medo?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Está certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, o único medo que a gente deve ter é o medo de praticar o mal, de cometer um crime, certo? Então, a comparação é...



Porque o senhor disse: “Se eu tivesse medo, eu ia ser padre”. Então, os padres trabalham muito com a morte: encomendam corpo e tudo o mais, celebram missa.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Falei por causa do meio. O meio é tranquilo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a comparação não é... Mas eu queria saber o seguinte: o Sr. Prata... vocês têm informação de que ele agia sozinho ou tem uma organização por trás da atividade que ele pratica? Porque ele diz que era um colecionador; diz que recebeu armas de delegados. Há uma vinculação. E aí ele diz sempre: “Já morreu”. Então, não tem mais quem preste o depoimento; a testemunha. Depois fala que ele estava com um processo para ser colecionador junto ao Exército. Alguma coisa vocês identificaram? Tem algum processo, ou o Sr. Prata está mentindo mesmo e é um grande traficante de armas?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Excelência, logicamente, como ele é acusado, ele é indiciado, ele é réu, ele alega o que quer. Não se pode ir contra isso. Nós oficiamos ao Comando do Exército em Belo Horizonte, que é a 4^a Divisão de Exército, e eles nos informaram que não havia nenhum procedimento em curso ou solicitado pelo Sr. Marco Túlio Prata, para ser colecionador de arma, até porque é uma burocracia muito grande. Isso não existia. Inclusive está nos autos de flagrante. Esta informação está nos autos de flagrante: que não existe nenhum processo iniciado por isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com relação aos documentos da DNA, a afirmação é de que seria de um tio dele...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Irmão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... irmão, que seria o contador.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - O contador das empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso vocês identificaram? Também procuraram investigar a procedência dessa informação?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Não. Não, porque já havia uma investigação em curso pela CPI dos Correios. Então, como nós encontramos documentos, e o Ministério Público também já estava investigando esse fato através de uma ação civil pública... Parece que o Dr. André pode me orientar melhor: um inquérito civil público, não é?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse irmão do Prata foi ouvido sobre essa documentação, lá no Ministério Público?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Eu acho que no Ministério Público, não, mas na Corregedoria foi.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Sr. Deputado, eu gostaria de complementar a resposta que deu o Dr. Elder e, primeiro, desfazer esse equívoco que pode conduzir a afirmação do acusado. Em realidade, há evidências bastante seguras, inclusive obtidas por meio da prova a que tantas vezes já fizemos referência, de que ele se prestava, de fato, à mercancia de armas. Não se tratava, portanto, de um colecionador ou de um atirador registrado, ou mesmo de um armeiro registrado, mas de alguém que seguramente dedicava-se ao comércio de armas e munições, fazendo-o irregularmente. Quanto à circunstância de atuar sozinho, existem indícios recolhidos em alguns dos processos a que submetido que revelam desfrutar ele de uma intimidade muito grande, inclusive recebendo muito intensa visita de policiais e ex-policiais, com quem ele cultiva relações, e inclusive relações, ao que tudo indica, comerciais. Quanto ao irmão do Sr. Marco Túlio Prata, é fato confirmado que ele é contador da empresa. Ele, de fato, alguns dias antes — e não poucos dias antes, não casualmente, como afirmou o Sr. Marco Túlio Prata —, esse seu irmão, sob a orientação do Sr. Marco Túlio Prata, levou à sua casa a documentação. E levou exatamente com o propósito de inviabilizar uma diligência que, naquela ocasião, se realizava em Belo Horizonte, realizada pela Polícia Federal. Deslocaram-se de Brasília um Delegado da Polícia Federal e um Procurador da República para realizar essa busca. Então, nós tomamos, pelos óbvios meios, conhecimento de que esse material tinha sido deslocado. Tentamos, então, freneticamente, comunicar à Polícia Federal alguém que pudesse efetivamente fazer a interceptação, sem colocar em risco o sigilo da investigação que se fazia. Mas, lamentavelmente, com não foi possível, contamos então um pouco com o acaso para encontrar esse material, que ali fora ter não por acaso, não por obra de um carro quebrado, como se disse, mas que foi para ali desviado. Porque aquele era um lugar onde praticamente se implementava a impunidade. Basta lembrar talvez que o Sr. Marco Túlio Prata deixou de responder a alguns crimes por ele praticados, segundo se afirma e segundo é hoje, salvo engano, objeto



de apreciação da Corregedoria, porque ele conta com o respaldo, com a proteção de algumas pessoas ligadas a uma delegacia local. Não é verdade, Dr. Elder?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Exato.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Isso, inclusive, motivou recentemente, Sr. Deputado, um pedido do Ministério Público no sentido de que a Corregedoria avocasse algumas ocorrências, para que com base nelas se instaurassem inquéritos policiais, inclusive por homicídio, que não tinham sido instaurados pela delegacia a quem competiria tal responsabilidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse caso, o Sr. Marco Túlio Prata tinha proteção, apoio e respaldo, no caso, de policiais. Deu para identificar esses policiais na investigação? Quem seriam esses policiais?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Alguns poucos nomes...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Civis e militares ou só civis?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Civis e militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Militares.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Alguns nomes foram de fato identificados. Mas, se o senhor nos permitisse, eu gostaria, Sr. Presidente, dentro daquilo de que já lhe falei, de — quem sabe reservadamente? — responder.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro, claro. Só quero saber se tem. Eu sei que está na investigação. E a gente não quer que as investigações sejam prejudicadas. Então, a ação do Sr. Marco Túlio tem um respaldo, ou seja, um aparelho de policiais civis e militares que davam proteção, que davam respaldo, que podiam dar apoio e, por isso, poderiam também receber do Sr. Marco Túlio algum tipo de compensação financeira, porque é claro que eles não fazem isso se não tiver esse tipo de compensação.

Agora, eu queria saber o seguinte: de onde procediam essas armas que estavam nesse arsenal, na casa do Marco Túlio? E para que eram comercializadas?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Excelência, esse fato ainda está sendo levantado mais minuciosamente porque algumas armas possuíam registro. Essas pessoas foram ouvidas no inquérito, nos autos de flagrante, e alegaram que haviam deixado as armas com o Sr. Marco Túlio para que se procedesse a uma limpeza das armas. Obviamente, ninguém acredita nisso. Mas a procedência... as registradas têm dono. Agora, a procedência das não registradas,



inclusive as de uso restrito está sendo levantado, inclusive essa pistola .40, já detectamos, em princípio, que ela seria alocada da DRPC, de Curvelo; possivelmente, furtada ou extraviada de lá, ela teria sido alocada dessa DRPC. Isso está sendo levantado minuciosamente. Agora, eu acho que.... Para onde essas armas vão? Obviamente, para mãos de pessoas que não têm boas intenções. Claro, porque, quem comercializa algo, ilegalmente, o destino é ilegal. Isso não tem como. Até porque não se tem como registrar. A pistola .40 de aço inox, por exemplo, como eu disse aqui, que, segundo consta, seria para exportação, ninguém vai registrar, nenhum particular vai registrar; nem nós podemos, nem nós policiais, Parlamentares, juízes e promotores não podem registrar esse tipo de arma, aqui, porque não é permitido. Então, obviamente, isso aí é para ficar na clandestinidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. É porque nós tivemos aqui a oitiva de policiais que foram presos por tráfico de armas, e a informação repassada pela própria Polícia é de que, através da escuta telefônica, eles passavam isso para quadrilhas do crime organizado, do narcotráfico, roubos de cargas, etc.

Deu para identificar já uma relação, também, dessas armas que seriam, não apenas para pessoas, individualmente, mas para organizações criminosas tanto de Minas Gerais como de outros locais.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Essa investigação está mais afeta ao Ministério Público. Parece que o Dr. André deve deter mais informações a esse respeito. Parece que está sendo feita investigação para ver o destino. Mas, possivelmente, sim. Eu tenho para mim, 90% de certeza, que o destino dessas armas poderia ser, sim, para narcotráfico, quadrilha de assalto a cargas, pistoleiros, qualquer pessoa que quisesse fazer uso clandestino e ilegal de todo esse armamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Essa arma que era da Polícia Militar, da Polícia Civil....

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É. Uma das duas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma das duas. Que estava raspada, a...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - A .40.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A .40. A autoridade responsável deu alguma explicação?



O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Está sendo investigado, Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está sendo investigado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero parabenizar o trabalho e dizer que é mais um golpe daquelas forças que querem combater a violência e o crime organizado contra esse tipo de atividade criminosa que verificamos que acontece em todo o País.

Parece que uma das informações é de que a munição que foi apreendida viria da Argentina. Procede isso?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Excelência, a munição 556 foi apreendida em irregular quantidade, até porque existiam outros cartuchos de outros calibres, ela pode provir do Paraguai, do Uruguai, da Argentina, porque ela é de fabricação americana. Ela pode provir até mesmo dos Estados Unidos. Essa rota aí ainda não conseguimos identificar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, quero saudar aqui também o Dr. André Ubaldino, um batalhador do Ministério Público de Minas Gerais e o meu prezado amigo Dr. Elder, e dizer da satisfação de estar aqui. Quando da presença de V.Sas., uma polícia em que estive, me considerei estar no meu verdadeiro habitat natural. Porque, antes, na Polícia Rodoviária Federal, eu estava sempre em contato com a Polícia Civil nas suas delegacias, nas jurisdições das rodovias federais; e culminou com a minha ida para Secretário de Estado, a que era subordinada a Polícia Civil. E passei, realmente, a conhecer a Polícia Civil.

Até quando fui Secretário houve problemas. Porque, quando disseram que havia uma banda podre na polícia, eu contestei, junto, ao lado do Governador do Estado, que também não aceitou esse tratamento. Pode haver desvio de comportamento, sim, em qualquer segmento da sociedade. Tudo existe. Mas a Polícia Civil de Minas Gerais é honrada. E eu tenho certeza absoluta de que os homens de bem que ali estão sempre primam por uma polícia que atenda bem à sociedade. Esse é o conceito que eu tenho da Polícia Civil de Minas Gerais.



Principalmente, dos Corregedores. Todos que por ali passaram têm um passado ilibado, conduta ilibadíssima.

Agora, é claro — também ali passei a entender —, existe um corporativismo, às vezes, ou às vezes também esse problema de uma ligação, de um delegado que vai pegando a amizade de um detetive e, às vezes, aquele detetive passa a ter um desvio de comportamento, continuando ainda tendo a confiança daquela determinada autoridade. Aí é onde começa a ocorrer esses fatos que são verdadeiros, sim. Acho que se vai chegar à conclusão de que alguns detetives ou subordinados de autoridades civis, da Polícia Civil, praticam crimes, às vezes, acobertados até um certo ponto por alguma autoridade ou algum delegado.

Isso é o mínimo. Porque a Polícia Civil, em todo segmento, repito, pode ter um desvio de comportamento de um servidor, mas é uma polícia honrada. A polícia toma as providências. Quando Secretário, junto com os Corregedores, íamos até o fim para apurar o que estivesse irregular.

Então, confio plenamente na Polícia Civil de Minas Gerais.

É a topada que ajuda a caminhar. Porque, nesse fato da compra de votos, nesse problema da SMP&B, e com esses papéis que foram queimados, culminando com o contador da DNA, que vem a ser o irmão do Pratinha, com isso chegou- se à conclusão de uma série de crimes que serão, realmente, investigados. Eu tenho certeza de que a Polícia Civil tem um pessoal, laboratórios para fazer todos os exames de armamento e tudo isso. Tenho certeza de que a polícia prestará uma grande colaboração a esta Comissão Parlamentar de Inquérito de Tráfico de Armas.

Pelo que eu vi, esse Sr. Pratinha é uma pessoa — o Ministério Público tem certeza de que o Dr. André sempre agiu com muita firmeza —, que, certamente, com a ajuda da Polícia Civil, tem muita coisa para esclarecer. E nós temos que combater. Trabalhamos muito. Moroni Torgan, nosso Presidente, presidiu também e trabalhou no Estatuto do Desarmamento, que conseguimos aprovar aqui.

Então, tem uma pergunta que eu quero fazer. A prisão preventiva do senhor, solicitada pelo Ministério Público, que foi efetuada, encontrando-o ainda com a arma em punho — ele praticou mais um crime ainda com referência ao Estatuto do Desarmamento, que é portar uma arma; e o filho dele, queria fazer uma pergunta, está preso?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Não. Já foi liberado.



O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Mas, pelo Estatuto do Desarmamento, ele estava portando uma arma, ele teria que ter sido preso por esse motivo.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É, mas o que aconteceu foi o seguinte: a arma que ele portava — não sei qual foi o entendimento da Justiça — era uma carabina calibre 12, modelo (*ininteligível*) da CBC, uma arma de uso permitido, a qual estava dentro de residência, muito embora sem o devido registro. Agora, ele...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Estava na residência...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Na residência.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Mas se a residência tinha uma ordem judicial para que adentrassem as autoridades ali dentro, e ele, com aquela arma ali de frente das autoridades, realmente, praticou um crime desobedecendo o Estatuto do Desarmamento.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Se o senhor me permite, Deputado. Vem-se discutindo muito, e eu não quero entrar nessa seara que eu acho mais complexa, a questão da constitucionalidade da vedação da liberdade provisória. E se eu não estou enganado, esse delito por ele praticado é exatamente um daqueles para que até a própria lei, expressamente, admite a liberdade provisória. Ou seja, ele foi autuado em flagrante, sim, mas certamente lhe terá sido concedida a liberdade provisória, ou porque prevista em lei, ou porque entendido pelo juiz inconstitucional a disposição.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Está certo. Então, outra pergunta, com referência a essa 5.56, arma americana, que se encontrava lá — essa outra arma também de material especial, que é a .40, mas não é vendida aqui no Brasil, é de exportação.

Então, tudo indica que ele tem facilidade de conseguir essas armas. Vai ser apurado para saber de onde isso procedia — arma americana, arma de exportação...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Essa PPK, e tudo isso.

E essa .40 também, tudo indica, como o senhor adiantou, já estou satisfeito, porque parece que é da regional de Curvelo ter sido desviada. E tenho certeza de que a Polícia Civil vai...



O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Deputado, nós identificamos pelo carregador. Porque o carregador possuía uma numeração. Porque a numeração dela estava raspada. A numeração interna que é o IT dela não existia. Então, nós identificamos o carregador que presumimos ser da arma — havia uma numeração, em princípio, alocada na DRPC de Curvelo. Mas pode ocorrer o seguinte: que o carregador não seja da arma, porque o carregador serve a qualquer .40; ele é feito em série. A arma é que tem a numeração diferente, mas o carregador pode ser que não. Mas, em princípio, da DRPC de Curvelo.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Para finalizar, quero dizer o seguinte: com referência a aparelho de comunicação em freqüência da Polícia, poderá ser, quero apenas colaborar, um aparelho da própria Polícia Civil. Porque desapareceu, quer dizer, foi furtado, do hangar da Polícia Civil, um aparelho, inclusive com um carregador. Eles arrombaram um veículo de um policial que lá trabalhava, à época, e desapareceu com esse aparelho de comunicação e um carregador desse equipamento. Então, apenas para colaborar...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É, mas parece que não, Deputado. Pelo seguinte: era uma estação de radioamador...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Ele só tinha a freqüência.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Era uma estação de radioamador, inclusive ele disse que é radioamador. Ele pertence aos quadros da LABRE. Então, ele seria radioamador, parece, classe C.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Então, está bem.

Quero finalizar dizendo que confio plenamente no trabalho da Polícia Civil e do Ministério Público — o Dr. Ubaldino está intensificando, tem trabalhado bastante nesse sentido, está à disposição —, para que possamos separar, como estão fazendo aqui na Câmara, o joio do trigo.

Que se faça também na Polícia Civil a separação do joio do trigo para que a nossa Polícia Civil continue com esse conceito que ela tem junto ao povo de Minas Gerais e do Brasil. É uma polícia muito conceituada. Confio nela. E parabenizo V.Sa pelo trabalho e os colegas que aqui se encontram também.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Mauro Lopes.



Vamos, agora, ao último inscrito, Deputado...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - O Dr. André, também, porque tenho muito respeito pelo Ministério Público de Minas Gerais, que tem homens sérios e honrados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Reginaldo Germano com a palavra.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente, Moroni Torgan, Dr. André Ubaldino, Dr. Elder Gonçalo, ouvi aqui os relatos e fiquei verdadeiramente chocado. Depois daquela visita ao Rio Grande do Sul, à fábrica da Taurus, quando ficou, no meu entendimento, impossível de, se não for por roubo ou por assalto, se desviar armas legais — a não ser por roubo ou por assalto. Lá, no Rio Grande do Sul, pela fábrica, conseguimos ver.

E aqui a situação não é só armas, mas granadas, carregadores de HK, pistolas, nenhuma delas, praticamente, fabricadas. A HK não é uma arma brasileira, nacional.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É alemã.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É alemã.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Heckler & Koch.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pois é. Barris usados como fornos para queimar documentos. Quer dizer, tínhamos ali uma central do crime organizado. E aí o Deputado Moroni começou a falar do perfil do Pratinha. E vimos, aqui, certos comportamentos anormais como segurança privada de jogos ilícitos acusados de estar envolvidos em crimes que vitimaram até mesmo colegas; ou esse Pratinha, hoje, é ex-policial?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É policial aposentado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ah, ele é policial aposentado.

Agora, delegado, essas armas, essas munições... Já se tem uma idéia de como essas armas chegaram até as mãos desse Pratinha?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Excelência, em termos de armamento, fazemos o inverso, como é o caso do automóvel. Começamos a fazer a investigação inversa. Ou seja, o passado da arma, desde o momento em que ela sai da fábrica, pela numeração, até o momento em que ela é tornada um objeto ilícito. Nesse caso, está sendo investigado arma por arma, aquelas que não têm



registro — porque as que têm registro, obviamente, saíram da casa de comércio. Das que não têm registro, está sendo feita investigação inversa para saber a origem de onde elas saíram, obviamente, da fábrica ou de alguma loja — aquelas que são de fabricação nacional —, até o destino ilegal delas. Gostaria de esclarecer a V.Exa. que o problema da arma não importa a marca; o que importa é o calibre. Existem calibres, no Brasil, restritos e permitidos. Então, a pistola Walther PPK, por exemplo, parece, é de calibre 380, se não me falha a memória.

(Não identificado) - É 765.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - 765 é o 32 alto; é de calibre permitido no Brasil. Então, não importa se ela é de fabricação alemã. Isso aí não tem problema. Para nós, não tem problema. Para a nossa legislação, não tem. Agora, o problema é, exatamente, o que está sendo tratado aqui: é o tráfico; é a introdução dessa arma. Porque toda arma estrangeira que é vendida no Brasil é vendida, através de uma concessão, a uma empresa brasileira; não existe empresa estrangeira, no Brasil, que vende arma; ela concede — existe a Walther PPK, a HK, a própria Bereta, que é uma empresa italiana, que fez essa concessão. Então, os calibres que nós detectamos ali que eram, realmente, restritos: nas duas .40; um revólver, modelo Magnum 357, mas que, em princípio, calibre 38. A estrutura do revólver, o cano reforçado, o tambor reforçado agüenta a munição 357, cujo poder destrutivo e de fogo são maiores. Mas a finalidade precípua dela — e é até feita pela Taurus, mas também com concessão da Magnum — é aceitar a munição calibre 38. As duas armas, realmente, que encontramos ali que eram de calibre restrito seriam as duas .40. Agora, o material, que eram as granadas, as miras telescópicas, os abafadores de ruídos, que são os silenciadores, as armas dissimuladas, que eram o cassetete, a carabina, isso, realmente, é expressamente proibido pela Lei nº 10.826.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Agora, doutor, lá havia uma relação de armas registradas que eram de outras pessoas?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Sim. Essas pessoas foram ouvidas nos autos de flagrante.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO Eu gostaria de perguntar o seguinte: qual era a finalidade dessas pessoas serem proprietárias dessas armas, e elas estarem em poder do Pratinha?



O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Excelência, nós temos três probabilidades. De fato, essas pessoas podem ter deixado as armas com ele, mesmo, para limpeza — é remota essa possibilidade, mas existe; essas pessoas podem ter pedido a ele para vender essas armas, dada a facilidade que ele tem nesse comércio; ou, então, ele pode ter comprado dessas pessoas essas armas para revendê-las. Existem essas três possibilidades.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas e a licença, como é que faz? A licença da arma. Por exemplo, a arma é minha — ela está registrada no meu nome —, e ele vai vender essa arma para outra pessoa.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É aquela história. É igual a carro. Eu compro o carro do senhor, que está no seu nome; daqui a quatro anos, o senhor recebe uma multa que o carro não foi passado ainda para o meu nome. Então, a pessoa, às vezes, confia, porque a pessoa não tem conhecimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Entendi. Agora, doutor, outra coisa. Esse Pratinha, ele tinha autorização para ter armas em casa, como colecionador ou qualquer coisa dessa natureza?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Não. Pelo que nós... Não fui eu o presidente dos autos, eu fui apenas o condutor do auto de prisão em flagrante. Segundo o meu colega que presidiu os autos me relatou, foi oficiada a 4ª Divisão de Exército, perguntando se ele tinha, pelo menos, em princípio, iniciado algum processo, para se registrar como colecionador de armas. O Exército respondeu que não tinha nem como colecionador, nem como armeiro, nem nada disso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, nessa situação, todas as armas que estavam na casa dele eram clandestinas.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Sim.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ele não tinha legalidade para armazenar essa quantidade de armas dentro de casa. Ele não tinha autorização legal alguma para ter esse tipo de armas.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Nenhuma. Até porque também o colecionador precisa obedecer a alguns certos requisitos. As armas têm que estar acondicionadas em local próprio; deve-se retirar delas algum dispositivo para que elas não funcionem; ele só pode ter uma certa quantidade de munição para



aquela arma, para cada arma. Então, é uma burocracia muito grande. Existe inspeção do Exército diurna, parece, de mês em mês, ou de sessenta em sessenta dias. Então, é uma burocracia muito grande para ser colecionador.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ouvi aqui o Dr. André dizendo que algumas armas estão sendo hoje periciadas para ver se elas estão envolvidas ou não em homicídios. Por exemplo, esse Pratinha, nessa ação dele de ser segurança de casa de jogos ilícitos, há homicídios nesse *métier* de jogos em que ele possa estar envolvido?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Deputado, essa informação, eu não tenho para dar a V.Exa, mas pode ser levantado isso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Porque, geralmente, num envolvimento desses, como o jogo do bicho no Rio de Janeiro, ou caça-níqueis, sempre acontece uma situação em que um grupo quer se sobrepor a outro, e acontece uma carnificina, uma chacina.

Em Minas Gerais, existe algum registro, de fatos como esses, ligado a jogo do bicho, bingos, jogos? Existe algum ato que se possa fazer essa ligação? Aconteceu uma chacina, morreu bicheiro, morreu não sei quem, que possa fazer essa ligação?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Creio que o Dr. André, como é Procurador do crime organizado, possa responder a V.Exa. com mais propriedade.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Excelência, eu cuido de pedir junto à própria Corregedoria os registros dos assentamentos funcionais. E há um fato, muito mencionado em Belo Horizonte, de que existiriam duas organizações, pelo menos duas organizações que exploram os jogos, que teriam a seu serviço policiais; e que um desses policiais, a serviço de uma organização, seria exatamente o Sr. Marco Túlio Prata. E que esse cidadão teria, em certa ocasião, matado, por desentendimento, nesse tipo de atividade, uma outra pessoa. Esse era um boato corrente. Eu recebi, aqui, portanto — todos esses documentos podem ser colocados à disposição da CPI, caso ela os deseje —, que relata o seguinte: *Sindicância Investigatória nº 55.501/20000. Pedido de providência de Marco Túlio Prata, vulgo Pratinha, em desfavor do detetive Ronaldo A. Cruz, conhecido como Ronaldo 'mata papai', noticiando ter sido ameaçado de morte por 'mata papai', porque segundo este último — Ronaldo 'mata papai' —, o reclamante teria matado o detetive*



aposentado José Daniel da Silveira. E também noticia possíveis crimes cometidos por 'mata papai'. Por outro lado, na interceptação realizada, ficou evidente que a atividade intimidativa, pelo menos, era por ele desempenhada. E não só. Hoje, quem se encontra, graças a Deus, incluído no Programa de Proteção a Testemunhas diz que, de fato, ele dispunha inclusive de um veículo por intermédio do qual ele se deslocava para essas atividades que devessem ser, absolutamente, clandestinas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Isso é do conhecimento da Justiça? Essas pessoas que estão guardadas fizeram esse depoimento à Justiça?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Fizeram depoimento inclusive à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Deputado Moroni Torgan, é possível que façamos um requerimento à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais para que possamos ter conhecimento de chacinas relacionadas a jogos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida, Deputado. Basta colocar o requerimento, o qual, tenho certeza, a CPI aprovará.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Porque eu creio que se partirmos para uma investigação bem aprofundada, nesse lado, o Dr. André, ele já falou que (*ininteligível*) dos grupos. Então, é fácil identificar se houve matança, se não houve matança. E se não houve matança, automaticamente essas armas apreendidas foram utilizadas por serem clandestinas. Fatalmente que essas armas foram usadas, se conseguirmos ligar o Pratinha a um desses 2 grupos que duelaram há tempos atrás em Minas Gerais, em relação a jogos. Porque o jogo do bicho, bingo, todos esses tipos de jogos, certamente que nós vamos encontrar daí algum rastro que vá nos levar ao esclarecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Basta V.Exa. formalizar à Presidência.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O.k., Deputado Moroni Torgan.

Agora, Dr. André, o Delegado Prata, ele tem...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Delegado, não, esse ex-policial. Carcereiro, ele era carcereiro?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Era esse o seu cargo, não é isso?

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Há Uma ligação dele com a DNA? Tem alguma ligação dele? A não ser os documentos, que foram queimados tal e tal, há uma ligação?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Que nós tenhamos detectado, apenas, não estou dizendo que é o que efetivamente existe, mas o que se conseguiu demonstrar é que ele é irmão de um contador da DNA e que em dias precedentes, muitos dias, cerca de 2 semanas ou mais, precedentes à apreensão, em contato com seu irmão, ele recomendou ao seu irmão contador que nem se aproximasse do lugar onde a Polícia Federal realizava uma busca e nem tampouco mantivesse ali os documentos, ao que o seu irmão afirma com um certo alívio que os documentos não estão onde a Polícia Federal os procura. Foi exatamente o que me levou ao frenesi de tentar informar à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A não ser isso, há alguma quebra de sigilo telefônico que ligue ele à DNA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É esse fato.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Apenas esse.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Só esse. Não, mas. Esse foi o irmão, mas eu queria ver se tinha alguma coisa que ligasse ele diretamente à DNA. Porque o irmão pode ser uma coisa, e ele, por ter esse passado nebuloso aqui, pode ser outra, porque envolvendo tanto dinheiro como a DNA está sendo aí mostrada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para deixar claro: então, a queima de documentos foi dolosa mesmo?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Não há disso a menor dúvida. Embora não haja confissão nesse sentido, todos os indícios evidenciam isso. Os documentos foram subtraídos do lugar em que se encontravam com a finalidade de que não fossem localizados, e não há melhor modo de não serem localizados do que serem queimados. Agora, se o senhor me permite uma resposta como daria um perito, embora eu não seja, nós não temos, acerca da pergunta que o senhor faz,



nós não temos elementos nem para afirmar nem para excluir que ele tenha ou não outras ligações com a DNA.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Está certo, eu me satisfaço aqui como coloquei. Vou encaminhar o requerimento, para que possamos ver se tem alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Reginaldo.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Só uma pequena intervenção, para que possa transcorrer o trabalho e ser ouvido depois o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Apenas uma opinião. Não sei, o Dr. Ubaldino, que é um homem experiente na área de processos, de inquéritos: não seria o caso de dividir? Porque, pela informação que eu tenho, já tem vários crimes cometidos por ele que ainda estão sendo apurados, e cada dia que passa é mais um crime que ele comete, e vão se avolumando as oitivas e até hoje volta novamente e não foi ainda. Só está entre Ministério Público e a Polícia e não encaminhou nenhum processo crime dele para a Justiça. Se pudesse separar isso, cada crime já concluir e mandar para a Justiça, porque vai chegar ao ponto de prescrever. Ele também não pode ficar preso o tempo todo, porque a prisão é preventiva, tem um prazo determinado, e vai acabar... vai ficando... Porque tem crime da maquininha de caça níquel, ele tem crime de homicídio, ele tem uma série, crime de porte de arma, crime... Então, podia-se ir tipificando, separando isso e ir mandando logo para a Justiça, para que ele possa já ser condenado em um deles para ficar preso, e facilita mais depois o trabalho do Poder Judiciário e da Polícia Civil. Eu acho que seria o caso de separar algum desse, que fica mais fácil, já concluso, para encaminhar ao Poder Judiciário.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Sr. Deputado, isso já está sendo providenciado. Em realidade, decretada a sua prisão preventiva pelo crime que vitimou a pessoa de nome Ernandes, de prenome Ernandes, que foi exatamente aquele por ele abatido com 2 disparos no interior do João XXIII, em decorrência da sua prisão em flagrante de posse das armas e pela destruição de documentos, ele já se encontra denunciado à Justiça da Comarca de Contagem. A cópia da denúncia, inclusive, comigo aqui se encontra. Aliás, há até um fato curioso em relação a essa



denúncia, porque essa denúncia foi inicialmente ofertada também contra o Sr. Marcos Valério, mas não foi acatada a denúncia em relação a ele, porque a juíza entendeu que a competência haveria de ser, no caso, do Supremo Tribunal Federal, à vista da notícia corrente no sentido de que haveria aí eventualmente Parlamentares vinculados à tal questão...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Assassinado dentro do hospital?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Não, com relação a esse...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Poderia ser separado (*ininteligível*).

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Esse já está, aqui inclusive se encontra a cópia do processo. Ao ser flagrado de porte das armas, ofereceu-se a denúncia. Ela também aqui se encontra, é um processo autônomo. Em relação à suspeita que recai de que essas armas possam ter sido empregadas na prática de outros delitos, o Ministério Público, preocupado, como também a Corregedoria, com a condução isenta dos inquéritos, em decorrência do prestígio de que desfruta, inegavelmente desfruta junto a alguns ou a algumas pessoas, o Ministério Público pediu, então, num ofício datado agora de 2 de agosto, que a Corregedoria determinasse que fossem avocados os inquéritos existentes, ocorrências policiais existentes, exatamente para que pudesse a Corregedoria ou alguém sob o seu rígido controle apurar a hipótese com que se trabalha. Não é o fato, mas a hipótese com que se trabalha de essas armas terem sido empregadas em outros homicídios.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Então, realmente é isso. Esse caso do homicídio do Ernandes deveria já ser encaminhado para a Justiça para ele ser condenado. Porque o outro realmente tem o fato de armas, que foi uma busca e apreensão que foi fazer lá, mas está ligado a documentos da DNA que envolve Parlamentares, aí é do Supremo, é outra coisa. Mas neste caso, que é um crime de competência do Poder Judiciário de Minas Gerais, competência da Procuradoria, no caso, dos Procuradores de Minas Gerais, com a Polícia Civil, que é um fato isolado, esse deveria mandar logo para adiantar essa condenação.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Deputado, eu talvez não tenha conseguido me explicar claramente. O que está sendo feito é exatamente o que o senhor propõe: o processo pelo homicídio já está..., a ação penal já está proposta, aguarda-se para breve, pelo andamento próprio do rito procedural,



uma sentença de pronúncia para que ele seja julgado. Quando ele, preso por pronúncia, em decorrência desse fato, encontraram-se as armas, iniciou-se imediatamente essa ação penal que corre não em Belo Horizonte, mas no Juízo de Contagem. E em face da suspeita de que as armas apreendidas possam ter sido empregadas noutros crimes, como isso demandará processos autônomos, ações penais autônomas, pediu-se à Corregedoria que se faça exatamente o que o senhor propõe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está perfeito.

Deputado Luiz Couto, tem alguma pergunta ainda?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. André, o senhor falou que em depoimentos prestados na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, algumas pessoas que estão no programa de proteção afirmaram que o Sr. Pratinha teria alguma vinculação com essa atividade criminosa de execução, de ameaça. É claro que essas pessoas, os depoimentos delas não podem ser dados a público, porque elas podem ser eliminadas. Mas, para efeito de investigação, esses depoimentos foram entregues ao Ministério Público ou ele requisitou?

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Sim, Excelência. E essa preocupação que o senhor tem é também uma preocupação nossa. É óbvio que aqui há uma mera conjectura e é preciso ser leal. Mesmo com o acusado, ou, talvez, especialmente com o acusado, é preciso ser leal. Mas é preciso dizer-se que esse cidadão, segundo informes que nós recebemos, procurou o Ministério Público em Contagem com o propósito de ver o Ministério Público provocar o seu ingresso no Programa de Proteção a Testemunhas. Obviamente, o que se pode deduzir disso é que ou há muito o que possa ser por ele contado, ou então, a hipótese que mais nos preocupou, a de querer entrar no Programa de Proteção a Testemunhas exatamente para localizar as testemunhas. Isso evidentemente nos preocupou, daí o sigilo, mas essas informações foram, sim, canalizadas para os autos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. Para mim, Sr. Presidente, acho que é um caminho essa relação do Sr. Pratinha com um grupo de extermínio naquela região. Para mim está muito claro que ele não apenas ameaçava, mas, quando os ameaçados não paravam as suas ações, eles eram eliminados.

Então, para mim, está claro isso aqui, e essa possibilidade de que ele queria entrar no Programa de proteção para identificar onde estavam os protegidos e,



assim, executarem também essas pessoas, porque ele não queria deixar nenhuma prova.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Nesse aspecto, Sr. Deputado, a gente carrega a dúvida metódica do Descarte: não se exclui nem se tem certeza de coisa alguma. Agora, um cidadão que, uma vez preso, teve a ousadia de, dentro das instalações da Corregedoria de Polícia, dizer a um policial que tinha esse policial com ele uma dívida de sangue e que por isso o mataria e que depois disso, passada já uma semana, a um delegado de Polícia Federal que o inquiriu, embora informalmente, diria que mataria Dr. Elder, o barbudo, que sou exatamente eu, e o Dr. Rodrigo Fonte Boa, Promotor de Justiça, evidentemente se pode esperar qualquer espécie de conduta dele e, diga-se mais, daqueles que o cercam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Eu dou a palavra aos 2 expositores, se quiserem fazer as considerações finais.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Presidente, pela ordem. Dr. Elder, o senhor sofreu ameaça do Pratinha, essa ameaça foi pública, essa ameaça foi velada, como é que aconteceu essa ameaça de morte?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Não, diretamente, ele não falou nada comigo, não. Ele falou com os outros.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Falou para outras pessoas?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - É. Inclusive...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Que iria...

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Que iria me matar, o que me motivou, inclusive, a representar criminalmente contra ele dentro desses autos. Eu representei por ameaça e por coação no curso do processo. E a minha representação se encontra nos autos. Comigo, diretamente, ele não falou nada.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E essas pessoas testificaram essa ameaça?

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Foi nessa oportunidade aí que o Dr. André está citando, dentro da Corregedoria. Inclusive, depois, Delegados colegas meus lá da Secretaria de Segurança em Belo Horizonte me



falaram isso, o Dr. André também me ligou dizendo que ele havia dito isso ao Delegado da Polícia Federal. Quer dizer, comigo, diretamente, não, mas sempre através de recados.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas existe o fato e esse fato é de conhecimento público, quer dizer, outras pessoas (*ininteligível*).

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Ah, muita gente sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Têm V.Sas. a palavra para as considerações finais.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA - Eu gostaria apenas de agradecer o honroso convite e dizer a V.Exas. que o Ministério Público estará sempre desejoso de contribuir com a elucidação. Nós também reputamos o fato extremamente grave, e não há dúvida de que ele o é. Como Dr. Mauro Lopes, também entendemos que a Polícia Civil é uma Polícia de grande qualidade, mas que será de tão melhor qualidade quanto mais o Ministério Público e a Corregedoria, irmanados como temos sido, esse não é o primeiro trabalho que nós fazemos (*ininteligível*). Eu costumo até dizer que uma das razões pelas quais a Polícia perde alguns dos seus melhores quadros, a razão pela qual ela perde alguns dos seus melhores quadros reside exatamente num lamentável espírito de corpo, que, se num aspecto, é extremamente positivo, ele, quando se corrompe, acaba por destruir a instituição. É só o que eu tenho a dizer e nos colocar à disposição para o que mais for necessário.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Procurador, Dr. André Ubaldino, que sempre tem colaborado não só hoje mas em muitas iniciativas neste Congresso.

Dr. Elder Gonçalo Monteiro D'Ângelo, tem V.Sa. a palavra para as considerações finais.

O SR. ELDER GONÇALO MONTEIRO D'ÂNGELO - Eu também gostaria de agradecer a oportunidade de ter vindo aqui e feito essa explanação — é um esclarecimento que eu reputo importante — e dizer que a Corregedoria de Polícia do Estado de Minas Gerais, assim como a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, estará sempre à disposição para colaborar não só com os Parlamentares Federais e Estaduais, mas com o País. Nós estamos a serviço do Brasil. Nós não trabalhamos para “a” nem para “b”, nós trabalhamos para o País. Nos colocamos à disposição



para quaisquer diligências, quaisquer informações que nos forem solicitadas, que nos forem determinadas. Há um certo tempo que a Corregedoria de Polícia faz trabalhos junto ao Ministério Público, até porque o Ministério Público, como dono da ação penal e como fiscal da lei, ele está ao nosso lado, para que o nosso trabalho tenha um começo, um meio e um fim, com todas as diligências encetadas, todas as providências tomadas dentro da lei, e que não haja, absolutamente, dúvida nenhuma quanto ao nosso trabalho. Mais uma vez, eu agradeço. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu que agradeço, Dr. Elder Gonçalo Monteiro D'Ángelo. Quero dizer que ameaça de morte a gente sofre há muito tempo. Eu, pelo menos, faz uns 15 anos que eles vêm ameaçando me matar. Então, não dá para ter essa... Não é, Deputado Reginaldo Germano? Então, a gente confia mesmo lá de cima, não é Padre Couto? Aí é onde está a nossa maior segurança. Enquanto a gente tiver que cumprir uma missão aqui, a gente continua. Eu agradeço às 2 autoridades e convido-os para estarem presentes durante a oitiva. Obrigado.

Convidamos, então, o Sr. Marco Túlio Prata para se fazer presente.

Aproveitando, agora, o intervalo, eu gostaria de fazer algumas votações.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da 34^a e 35^a reuniões. Indago se há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Peço dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado. Dispensada a leitura, coloco as atas em discussão.

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Quero colocar também em votação o Requerimento nº 123/05, do Sr. Colbert Martins, que requer, ouvida a Comissão, seja convocado, na qualidade de testemunha, o Sr. Celso Ferro, Delegado Civil do Distrito Federal. Nós ouviremos, semana que vem, aquele senhor envolvido com a máfia dos concursos, Hélio Garcia Ortiz, porque há uma denúncia de que a máfia dos concursos estaria vendendo posição, inclusive de agente prisional, para organizações criminosas, como PCC e coisa assim. Então, esse senhor é o delegado que fez a investigação da máfia dos concursos.



Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, Sr. Presidente, não seria mais correto que nós pudéssemos fazer no mesmo dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, nós vamos ouvi-los no mesmo dia.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É por isso o requerimento da oitiva, porque nós já tínhamos feito o requerimento do Sr. Hélio Garcia Ortiz e agora estamos fazendo o do delegado, que conhece todo o fato, para poder, antes, instruir a CPI.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pois não, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Sr. Marco Túlio Prata tem advogado presente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele pode informar. Pode apertar o botãozinho e informar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu tenho, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas está presente?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Estão presentes, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estamos realizando a oitiva agora. Nós ouvimos, antes do senhor, o Dr. André Ubaldino e o Dr. Elder Gonçalo Monteiro D'Ângelo. E agora faremos a sua oitiva. Eles já nos colocaram alguns dos episódios envolvendo a sua pessoa, e o senhor terá agora uma oportunidade para poder dar sua versão dos fatos. O senhor tem aí alguns minutos para que possa fazer uso livremente da palavra. Posteriormente, então, as argüições dos Deputados. Pergunto a V.Sa. se gostaria de fazer o compromisso de dizer a verdade ou não. Fica a seu critério.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Faço questão de dizer a verdade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, por favor, tem de repetir essa frase.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois não. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Eu prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente, eu posso estar um pouco voando, mas ele veio na condição de testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A princípio, todos vêm na condição de testemunha, porque nós esperamos que nos falem sobre o tráfico de arma e coisa desse nível, mesmo ele estando acusado lá por outras questões. Por isso que sempre informo que ele tem a deferência de querer fazer o compromisso ou não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Porque a partir do momento em que ele faz um juramento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas até mesmo como acusado, se ele quer fazer...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como acusado ele tem o direito de mentir. Como testemunha, não pode mentir.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Isso. É essa questão que eu levantei... Como testemunha. Então, não pode mentir.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - E nem pretendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem pretende. Tem razão o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Direito de se calar como acusado. É claro. Mas de mentir, não. Pode se omitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está certo, Deputado Luiz Couto. Eu vejo que a CPI está bem afiada nesses direitos.

Tem V.Sa. a palavra para contar a sua versão dos fatos.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Perfeitamente. Eu faço isso olhando para o senhor? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode olhar para mim. Pode olhar para o Plenário. Pode olhar para onde o senhor quiser.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Com relação à prisão que foi efetuada na minha casa, salvo engano, no dia 14 do mês passado, porque eu já estou preso há bastante tempo, estou meio sem noção de tempo, há mais de 1 mês que não vejo a luz do sol, então, estou até meio descontrolado com relação a tempo... É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem água aí. Se o senhor quiser, tem um café para o senhor.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Muito obrigado. Com relação à prisão que foi feita na minha casa, eu estava dormindo, por volta de 4 horas da manhã, aproximadamente, em companhia dos meus familiares, da minha esposa e de meus 3 filhos. Todos de formação universitária. Sou casado com a mesma esposa desde 1979, e vivo uma vida familiar saudável e feliz, graças a Deus. Eu estava na minha casa, quando, de repente, os portões da minha casa começaram a ser arrombados. A minha filha, que é advogada, e que hoje, graças a Deus, se encontra, inclusive, presente aqui, foi até o meu quarto: "*Oh, papai, estão arrombando a porta da casa*". Então, eu me armei de uma pistola automática, que me foi deixada pelo meu pai, de herança. Essa arma está em companhia da minha família há 61 anos, desde que acabou a II Guerra Mundial. É uma pistola Walther 165. Não tem registro porque veio para o Brasil trazida da Itália, logo ao final da II Guerra Mundial. Eu me armei dessa arma e fui até o portão. Quando eu vi, o muro da minha casa estava superlotado de policiais vestidos a caráter, com uniformes operacionais, armados de espingardas calibre 12 e tudo. Quando eu percebi que eram realmente policiais, apesar de eles estarem chutando o portão... Não falaram nada. Chegaram invadindo a minha casa como se fosse uma boca-de-fumo, literalmente falando. Então, eu coloquei a arma no bolso do *short* e fui até o portão. Quando eu abri o portão, eu vi várias viaturas, tinha até microônibus e tudo, de tantos policiais que eram. Então, aí eles falaram: "*É polícia e tal; tem até promotor aqui fora*". Falei: "*Então, só um minutinho, que a minha família vai vestir a roupa*", porque meu filho estava dormindo no quarto e nem acordou, porque meu filho foi baleado por uma assaltante, levou um tiro na cabeça. Milagrosamente, escapou sem seqüela, mas ele tem de tomar remédios cavalares, para que ele não passe mal, preventivamente. Ele ficou com fragmentos de bala no cérebro, inclusive. Então, para que ele não tenha convulsões e possa voltar para a faculdade, praticar esporte,



como ele realmente voltou, ele toma remédios cavalares, para poder dormir sem ter problemas durante o sono. Meu filho, graças a Deus, não acordou. Então, a minha filha, quando me alertou, eu fui lá. Aconteceu isso, eu guardei a arminha portátil no bolso. Quando eu fui abrir, o portão caiu em cima de mim. Invadiram a minha casa sem dizer nada. Fui covardemente espancado. Os policiais me dominaram, me jogaram no chão e me algemaram. Depois que eu fui algemado, eu levei uma surra. Como eles estavam fardados, uniformizados — não é farda, é uniforme operacional —, eu tomei uma sessão de pontapé, com bate-bute. Um delegado baixinho, que chama-se Dr. Fernando, pisou no meu pescoço, na sala da minha casa, na presença da minha esposa e das minhas 2 filhas. E o outro delegado, que se encontra presente aqui, me deu uma sessão de pontapé, com bate-bute, pelas costelas, pelo corpo todo afora. E batendo, batendo, e eu pedindo explicação, o que estava acontecendo: “*O que é isso? O que que é isso?*” E continuaram me espancando. Continuaram me batendo e não falavam nada. Em dado momento, eu percebi que estava adentrando a sala da minha casa, apesar de eu estar sem os óculos e ser jogado ao chão, algemado, subjugado, tomando pontapés desses delegados... Entrou a figura do Procurador, Dr. Ubaldino, que eu conhecia de fotografia de jornal. Aí eu pedi a ele, pelo amor de Deus, que cessasse aquela sessão de espancamento e alguém me explicasse o que estava acontecendo. Ele só olhou para mim, de braços cruzados — olhou assim, eu vi me olhando por cima — e falou assim: “*Fica na sua aí, que você é bandido*”. Saiu, adentrou a minha casa. Não tomou nenhuma providência para interromper a sessão de espancamento e humilhações a que eu fui submetido, na presença da minha esposa e das minhas 2 filhas. Eles foram imediatamente até o meu quarto. Meu filho, como toma esses 2 remédios cavalares... Ele teve alta hospitalar milagrosamente — escapou sem seqüela, mas ele está em tratamento. Como ele tinha tomado esses remédios, ele não acordou. Foi acordado a pontapé, soco e tapa na cara, até despertar, para poder ser algemado. Nós fomos levados para dentro das viaturas e fomos levados para lá. Então... e acharam as armas na minha casa. As armas estavam na minha casa. São armas de uso civil, à exceção de 2, que não são minhas. São de um delegado de polícia que pediu que eu fizesse manutenção e limpeza que, posteriormente, ele ia pegá-las comigo. É o Dr. Nilton Ribeiro de Carvalho. É meu amigo. Só que logo depois daquilo, não sei, teve um problema de saúde, ele veio até a falecer. E eu



fiquei com aquelas armas em casa sem saber o que eu ia fazer com aquilo. São as únicas armas de calibre proibitivo. O resto são espingardas de calibre 12, compradas em qualquer loja comercial de armas; revólveres de competição de calibre 22; pistola calibre 22 argentina, mas comprada comercialmente em Belo Horizonte, em qualquer loja, e munição de uso permitido e tudo. Aí, eles viraram, literalmente, a minha casa de cabeça para baixo e acharam, inclusive, algumas granadas de efeito moral. Não são granadas ofensivas. São granadas de gás, que não têm efeito letal nenhum, porque mesmo se elas tivessem algum efeito letal... Me parece que o senhor é um delegado de Polícia Federal, o senhor tem conhecimento de causa do que estou dizendo. Bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, se fossem letais, em presídio, não existia preso amotinado vivo mais. A polícia, quando se confronta com camelôs, em via pública, para cumprir alguma determinação judicial também... não existiriam mais camelôs no Brasil. Todos iriam morrer em virtude de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Não são granadas letais, são bombas de gás, que não são minhas. Inclusive, além de alguns carregadores de metralhadora HK 9 milímetros, que foram guardados a pedido de um policial amigo meu, que disse que tinha ganho essas granadas e esses carregadores de um policial federal amigo seu, que servia no Rio de Janeiro, mas não citou o nome. E eu ainda fui de um azar tão grande que esse detetive foi morto por engano por um fazendeiro, lá em Buritis, no norte de Minas, numa contenda. Ele foi lá prender ladrões de gado e, como ele era um sujeito muito forte, barbudo e tal, estava de chapéu, um fazendeiro confundiu ele com um bandido e deu nele um tiro de calibre 12, no meio do mato, lá. Então, o episódio dessas granadas é esse. Esse detetive chamava-se Vinícius Lucílio, e é fácil constatar que ele veio a falecer. Depois, fui levado para a Corregedoria, policiais encapuzados, dentro do carro, tomando tapa na cara até chegar, espancado, que eu era bandido, que eu era isso, que eu era aquilo, traficante de arma, que eu era assassino de aluguel, só me batendo. Uma sessão de espancamento inenarrável. O coitado do meu filho ficou com deformidade permanente, porque a bala 38 fez assim na cabeça dele, ficou com fragmentos no cérebro e foi também pisoteado, estapeado covardemente pelos policiais. Apanhamos lá na Corregedoria de Polícia. Não me mostraram nenhum documento que motivasse a invasão da minha casa. Não fizeram nada, na presença de 2 Promotores Públicos. Um é um Procurador que se encontra aqui presente e outro eu



não sei nem como é que chama. Então, com relação às armas, é isso. As armas foram deixadas na minha casa porque eu confesso ao senhor que sou réu confesso do crime de ser um atirador apaixonado. Eu gosto de praticar tiro ao alvo diletantemente. Gosto de limpar armas diletantemente e fazer até pequenos reparos diletantemente, para um amigo meu que gosta de atirar, mas tem preguiça de limpar. O sujeito leva a arma lá em casa hoje e pega amanhã. Eu tenho muito prazer em limpar, desmontar uma arma. Eu gosto de estudar. Eu tenho fitas de vídeo que eu posso apresentar para qualquer um, por exemplo, sobre a vida de John Moses Browning, que pouca gente conhece, a não ser os aficionados por arma, mostrando as armas que o John Moses Browning fabricou; as armas do exército japonês da I e II Guerra Mundial. Eu sou um curioso. Eu sou um apaixonado por armas de fogo. E que, hoje, infelizmente, dada a força da legislação vigente, que reconheço que modificou, a gente, hoje, ter uma arma sem registro é comparável ao fato de praticamente ter um quilo de cocaína debaixo do braço, mas eu não mexo com coisa errada. Eu sou pai de família. Tenho 3 filhos de formação universitária. Graças a Deus, sempre trabalhei. Nunca tive vergonha de trabalhar. Tomo conta de estacionamento de pizzaria. Eu banco, vamos dizer assim, um flanelinha, como sou policial, tomando conta de estacionamento de veículos em casa noturna. Eu faço tudo que me dê lucro, para que eu possa pagar 3 faculdades, como eu pago, dos meus filhos, já que os meus proventos são muito parcós. Eu sou um policial civil aposentado e eu tenho que complementar os meus proventos para poder dar formação universitária para os meus filhos, para que eles não tenham que viver a vida que eu vivi, uma vida dura, de sacrifícios. Eu sou um homem que eu nunca viajei, nunca passeei para lugar nenhum. Quando eu vou à praia, eu vou fora de temporada, em apartamentos emprestados, porque eu nunca pude levar meus filhos, por exemplo, no sul da Bahia, em época de verão, porque eu não dou conta de mantê-los lá num passeio. Então, eu quero dizer para o senhor é isso, Sr. Senador, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sr. Deputado, eu quero dizer para o senhor e para todos os que estão me ouvindo é isso. Eu sou um pai de família honrado, decente, trabalhador. Agora, infelizmente, eu carrego um estigma na minha carreira policial de ser um policial bravo, matador de bandido, mais isso e mais



aquilo. Teimo em dizer em minha defesa o seguinte: se eu fosse um traficante de armas, eu seria um louco, porque o meu filho mesmo foi vítima de um disparo dado na cabeça por um bandido que tinha saído da Penitenciária Dutra Ladeira, e a mando de marginais que mandaram inclusive nos matar lá numa lojinha que eu tinha de armário, que nem existe mais, eu tive que fechar a lojinha. Esses bandidos mandaram esse bandido assassinar o meu filho, e eu acabei perdendo a cabeça, porque eu sou um pai apaixonado pela família que tenho. Eu tenho 3 filhos, e tão maravilhosos que são! Eu não os mereço. Meus filhos não merecem ter o pai que tiveram. Eles mereciam ser filhos de pessoas que tivessem uma vida muito mais equilibrada, muito mais tranquila do que a vida que, infelizmente, eu vivi. Eu tenho 3 filhos e uma esposa maravilhosa, que eu não mereço ter. Eu não sou bandido e nunca fui, tanto é verdade que já respondi a alguns processos, por homicídio, justamente por matar bandido, e matei. Confesso ao senhor, em presença, na frente da televisão que presumo está me gravando: matei um bandido, um canalha, um ordinário que atirou na cabeça do meu filho. Eu o assassinei dentro do hospital. Sou réu confesso do crime que pratiquei e faria novamente, porque não se atira na cabeça de um filho de um pai de família, um rapaz decente, um estudante universitário. A única coisa que sabia fazer era praticar esporte e namorar e viver uma vida normal, como qualquer rapaz adolescente. Matei um indecente, um hediondo, que foi solto de um presídio em liberdade incondicional. Eu, com certeza, no dia que for condenado, a mim não vai me ser dada liberdade condicional, mas a um vagabundo, um bandido fedorento de favela, que sai para a rua para eliminar, para dizimar filho de famílias decentes, como são, com certeza, a família de vocês todos presentes aqui, e ninguém fala nada... Quando eles viram que o negócio não estava bom, correram lá, a família do Sr. Egrinaldo Vidal de Freitas, assassino prontuariado, ladrão, desmanchador de veículo junto com o enteado dele, que eu tive a infelicidade de criar e gostar dele como gostava de um filho meu dentro de casa. Cresceram o olho, simplesmente por ganância, por torpeza, na lojinha que eu montei, arranjaram uns bandidos para nos assaltar. Eu reagi porque, eu confesso para o senhor, eu tenho uma cara de padre. Quem olhar para mim não pensa que eu sou o homem corajoso que eu sou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hoje é o dia do padre...



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Então, o que acontece? Eles foram me assaltar, eu reagi, matei um bandido e feri o outro. Aguardei, chamei polícia, chamei rabecão, aguardei Polícia Militar, delegado de polícia, me apresentei espontaneamente. Estou sendo processado na Comarca de Contagem por isso e, com certeza, tenho fé em Deus que serei absolvido. A minha esposa tem 51 anos de idade e eu vi a minha esposa rastejar como uma cachorra dentro da minha loja para não ser alvejada por aquele bandido que eu matei na loja, e mesmo assim ainda fui denunciado pelo Ministério Público. Agora, quero dizer para os senhores todos o seguinte: não sou traficante de arma, não sou bandido, não sou envolvido, muito pelo contrário, sempre fui perseguido na polícia; se justa ou injustamente, não questiono, mas sempre fui muito estigmatizado na polícia porque sempre nunca dei trégua a marginal, nunca dei moleza para bandido, e é isso que infelizmente vejo na Polícia Civil de Minas Gerais hoje. Não tem mais policiais, modéstia à parte, com a minha fibra, com a minha coragem para enfrentar o crime e os criminosos. E estou sendo aqui taxado como se eu fosse Dillinger, o inimigo público nº 1. Eu não sou bandido, Sr. Deputado, nunca fui, nunca serei. A minha vida, a minha doutrina, a minha maneira de agir, de pensar e de atuar é de policial. A minha conduta é de policial. Eu entrei para a polícia, eu era uma criança. Eu dei os melhores anos da minha vida, da minha juventude, eu dei este ouvido aqui para a Polícia Civil de Minas Gerais, porque eu fiquei absolutamente surdo numa explosão de dinamite num serviço que eu fui fazer, acompanhado de um delegado já falecido. Jogaram dinamite na gente, e eu dei a minha audição para a Polícia no cumprimento do dever. Isso ninguém fala. Agora eu virei traficante internacional de armas. Eu virei o Al Capone. Eu não sou nada disso. E quero dizer para o senhor, Sr. Deputado, eu me considero hoje no Brasil... eu sou o único prisioneiro político que o Brasil tem. Eu sou um preso político porque ninguém queria me prender pelo homicídio de um bandido hediondo, daquele cachorro imundo que morreu no pronto-socorro. Ninguém queria prender o Pratinha porque matou aquele bandido porque todo mundo sabe que ele não prestava, assaltante prontuariado. Eles queriam me prender porque eu sou irmão do Sr. Marco Aurélio Prata, que é, infelizmente, para mim, mas se ele não serve para mais ninguém, ele continuará sendo meu irmão querido, que eu ajudei a criar. Meu irmão é contador do Sr. Marcos Valério. Foram na minha casa, me prenderam, me bateram, me trataram na presença da minha



família, coisa que não se faz com homem nenhum. Surraram o marido e o pai, na presença dos filhos, dentro da própria casa. Bateram num rapaz que toma Gardenal e Hidental para dormir, porque senão ele tem convulsões durante o sono e pode se machucar. O meu filho dorme no chão, num colchão, para que não caia da cama, está certo, Sr. Deputado? Agora, me prenderam por isso, porque eu sou irmão do contador. O meu irmão pediu que eu guardasse umas caixas de documento na minha casa. Eu guardei. Eu guardei os documentos, nem sabia o que tinha lá dentro. Os documentos ficaram lá praticamente um mês na minha casa. Se fosse para eu destruir provas, que realmente fizesse necessária uma atuação perversa do que foi feito na minha casa, na presença da minha família, eu teria destruído tudo. Eu não queimei documento nenhum. Se queimaram, foi a polícia quem queimou, com a anuência de mais alguém importante, para poder me incriminar, para que não deixassem que eu saísse da cadeia. Eu não queimei documento nenhum. A minha família, ninguém queimaria documento nenhum. Eu tenho uma família maravilhosa. Meus filhos são dignos de serem colegas dos filhos de qualquer um dos senhores presentes aqui, com todo respeito. Eu tenho uma esposa que pode ser amiga de qualquer uma esposa de qualquer um dos presentes aqui, está certo? A minha mulher é uma mulher de cor negra, e carrego isso como uma bandeira para mim, está certo? Eu sou um homem decente. Sou um homem trabalhador. Eu tomo conta de porta de pizzaria, de estacionamento. Eu pago 3 faculdades pontifícias, 3 PUCs para dar aos meus filhos um futuro. Agora, arranjaram um tráfico de armas para mim. Com todo respeito, quero desafiar V.Exa. a provar que eu vendo arma para quem e de quem eu compro. Falararam para o Deputado Durval Ângelo, em Belo Horizonte, que eu sou fornecedor de armas da FARC da Colômbia, que eu abasteço a FARC da Colômbia, com uma carabina Puma 38. O senhor, como delegado, tenho certeza de que o senhor entende, uma arma antiquada, 1980 e poucos, uma doze de 8 tiros, 2 ou 3 revólveres. Mas eu abasteço aqueles guerrilheiros da Colômbia para enfrentar o exército americano, para ajudar o Pablo Escobar, quando era vivo, a vender cocaína para o mundo todo. O que é que isso? Eu quero dizer para o senhor e para todos que estão me ouvindo: eu fui vítima de uma covardia inenarrável, sem precedentes. Eu sou m preso político. Estão me transferindo agora de onde eu estou preso em Belo Horizonte, no CERESP da Gameleira... e quero até mandar um abraço para todos os funcionários e meus colegas de cela que têm



tratado a mim e ao meu filho... Porque o meu filho também foi autuado em flagrante por posse ilegal de arma; agora, posse de travesseiro e cobertor, porque ele estava dormindo dentro da casa dele. O crime que ele cometeu foi estar dormindo na casa dos pais dele, na residência paterna dele. Eu fiquei preso, incomunicável, no CERESP da Gameleira, senhores ouvintes, uma semana. E falaram comigo, Sr. Deputado — eu não acredito nisso, se for, eu acatei, fui obrigado a acatar, mas acho que isso não é verdade —, que eu estava preso, incomunicável, por ordem do Sr. Romeu Tuma e da Senadora Heloísa Helena, que me mandaram deixar preso, incomunicável. Coincidentemente, durante a minha prisão incomunicável, porque eu não pude receber nem a visita de advogados, jogaram bomba dentro do presídio a semana inteira, a noite inteira, e dando tiros de espingarda calibre 12 dentro do presídio para que os presos se amotinassem. Policiais correndo em cima do teto da nossa cela, minha e do meu filho, ninguém dormiu. Os presidiários todos apavorados. Eles falaram: *“Olha, nesta prisão, tem ex-policiais aqui dentro, tem o senhor, mas são meus colegas de cela. O senhor pode ficar tranquilo que a gente está vendo que o senhor está passando perseguição por parte da Corregedoria. Se os presos se amotinarem e arrebentarem as celas lá e vierem para cá, nós vamos lutar até a morte para defender o senhor”*. Porque o plano era justamente me matar. E o plano é me matar. Estão me transferindo para um presídio a pretexto de me darem proteção, porque eu não estou pedindo proteção nenhuma, a cento e tantos quilômetros da minha casa, para eu ficar numa cela individual. Então, deviam me botar numa solitária de uma vez, igual na época da repressão política, na cela do extinto DOPS da polícia País afora. Então, o que eu estou dizendo para o senhor é isto: estou pagando pelo crime de ser irmão do meu irmão querido. Agora, meu irmão é um contador formado, um homem preparado. Se ele fez alguma coisa, alguém vai provar que ele fez, ele vai pagar pelo erro dele. Inclusive, uma jornalista me perguntou lá em Belo Horizonte o que eu tinha a declarar a respeito do Sr. Marcos Valério. Eu não conheço o Sr. Marcos Valério, a não ser como todo mundo conhece, como estou me vendendo aqui agora. Eu nunca trabalhei para esse homem. Eu conheço meu irmão, que se chama Marco Aurélio Prata, e é meu irmão, com muita honra e muito orgulho para mim. Está certo, Sr. Deputado? Agora, o que estou fazendo comigo... eles estão querendo... o meu irmão, por exemplo, foi intimado uma vez e foi liberado. Eu estou na cadeia. Estou preso. Agora, eu sou um traficante



internacional de armas, que vem à presença de V.Exa. com um terno emprestado. Às vezes, eu tenho dinheiro para pagar a faculdade católica dos meus filhos, às vezes, o dinheiro falta. Então, que traficante é esse? Que fornecedor de armas para a FARC, então? Que negócio é esse? Eu era para ser um bandido muito rico. Em compensação, Sr. Deputado, o portão da minha casa tem um buraco deste tamanho, feito por ferrugem, que eu não tive condições de pagar 300 reais ao serralheiro para consertar. É até engraçado dizer isso numa hora tão triste desta para mim. O meu cachorrinho põe a cabeça para fora, as pessoas que vão lá em casa reclamam porque ele morde a perna das pessoas que passam na calçada. Então, eu sou um grande traficante, realmente fizeram uma prisão, eles estão de parabéns, Sr. Deputado. Prenderam o inimigo público número 1. Al Capone para mim era uma criança, em se comparando comigo. Eu não estou entendendo nada que está acontecendo comigo. O senhor vê: vão me transferir para um presídio para eu ficar numa cela em separado para eu não ter convívio com outros policiais, mas os policiais não me colocam medo nem me intimidam, não. Quem me coloca medo são justamente os da Corregedoria da Polícia, porque eu tomei mais de 100 tapas na cara, um homem da minha idade, 51 anos de idade, um policial aposentado como eu sou, tomando tapa na cara, da minha casa até eu chegar na antiga Secretaria de Estado de Segurança Pública. Então, eu não estou entendendo o que está acontecendo comigo. Então, por que não param de processar todo mundo e me prendem? Eu sou o homem que levou as malas de dinheiro não sei para onde, entregou não sei para quem. Tenho certeza de que os senhores têm acompanhado isso tudo aí. Meu nome não foi citado hora nenhuma, que carregou mala, que levou dinheiro, que sabe de dinheiro, que tem notícia de alguma coisa. Então, eu quero dizer para o senhor e para todos que estão me ouvindo, isto: eu estou sendo vítima de uma covardia. Um bandido, atingido por um programa de proteção a testemunhas em Belo Horizonte, é que está fazendo isso. O sujeito é bandido prontuariado, foi preso dentro de casa desmanchando carro, fizeram um assalto, houve troca de tiros com a Polícia Militar na hora do almoço, aí correram para dentro da casa dele, ele conversou com o Capitão da Polícia Militar pelo telefone achando que era um dos membros da quadrilha. O capitão falou: “Onde você está?” Chama-se Capitão Costa, da Polícia Militar de Minas Gerais. O Capitão invadiu a casa dele, pegou ele lá dentro com os outros componentes da quadrilha. “O que vocês estão fazendo?”



“Eu vendo marmitex”. Ele disse que vende marmitex. Numa oitava dele, ele vende marmitex, na outra ele é ex-metalúrgico, na outra ele é ex... ele é sempre ex alguma coisa. Agora, uma coisa ele é sempre: bandido, mandou matar meu filho por vingança. Eu tenho aqui uma pasta, um calhamaço que posso oferecer para o senhor de denúncias que eu fiz contra essa quadrilha, no Ministério Público, a Delegacia de Polícia, pedi garantia de vida para o meu filho que foi alvejado na cabeça. Meu filho nasceu de novo, Deus devolveu meu filho para mim. Nem resposta me deram, nem resposta me foi dada. O único promotor que me tratou com dignidade foi um chefe dos promotores da Comarca de Contagem. Esqueci o nome dele aqui agora. Foi o único promotor, era o Chefe da Comarca de Contagem. O resto eu pedi para ser atendido, nem sequer eu era atendido, porque sou o Pratinha, que tem antecedentes criminais, e tenho mesmo. É fácil, é só puxar o meu (*ininteligível*) que todo mundo vai ver. Agora, não tenho antecedentes criminais por vender armas, por vender drogas, por me envolver com roubo de qualquer natureza, por fraudar qualquer coisa e muito menos por participar de coisa de mensalão. Eu sou um homem pobre. Eu sou um homem que trabalha. Eu trabalho de porteiro de estacionamento de pizzaria porque os meus proventos são muito parcós. Como é que eu sou narcotraficante? Esse bandido, esse Egrinaldo Vidal de Freitas, que é testemunha protegida com garantias do Ministério Público de Minas Gerais, esse bandido falou que, além de traficante de armas, eu sou de drogas também. Em compensação, o enteado dele foi ouvido pelo Deputado Durval Ângelo e falou que eu durmo 3 horas por noite. O Deputado não acreditou. Falou: *“Mas como dormir 3 horas por noite? Ninguém agüenta”*. Isso está no depoimento dele. Aí ele disse: *“Não, ele dorme de 6 da tarde às 11 da noite. Onze horas ele acorda e vai para a pizzaria. Três e meia a pizzaria fecha, e ele trabalha até as 10 da manhã no estacionamento da boate. Às 10 da manhã o dinheiro vai embora no carro-forte, ele vai para casa, toma um banho, faz a barba, coloca uma arma na cintura e vai para a lojinha dele de armarinho.”* *“Que hora que ele dorme? Não é possível. Ele usa droga?”* O Deputado queria que ele falasse que eu usava droga. Aí o menino falou, o bandido lá, que foi criado como filho, conhece o sul da Bahia dentro do meu carro, foi criado como um filho, dentro de casa, menino pobre, se eu comprasse uma camisa do Cruzeiro para ele, comprava do Atlético para o meu filho, uma bola, sempre foi criado como um filho dentro de casa, ele falou assim: *“Não, ele dorme*



pouco, ele é assim mesmo. Eu acho que ele toma remédio, mas droga ele não usa não." Eu queria pedir: nem remédio eu tomo e podem fazer o exame toxicológico em mim na hora que quiserem. Eu tenho é muita vontade de trabalhar e dar para os meus filhos um futuro que eu nunca pude ter, para que os meus filhos possam levar uma vida honrada como eu tenho conseguido até hoje. Agora, Deus sabe a que custo, a que preço eu tenho dado esse conforto de estudar, de serem pessoas honradas e úteis a Deus e úteis à sociedade, como eu consegui fazer. Não sou, Sr. Deputado, bandido. Nunca fui. Muito pelo contrário, estou preso, usado sob pretexto justamente para me jogarem numa jaula, como se eu fosse uma fera, e virem aqui falar um monte de mentiras a meu respeito. Isso é um monte de mentiras, está certo, Sr. Deputado? Uma coisa eu digo: a minha espinha ninguém dobra, a minha boca ninguém tampa, porque eu tenho vergonha na cara. Eu fui criado, eu nasci — não posso dizer outra coisa em respeito ao ambiente —, agora, eu fui nascido, eu tive um pai e uma mãe, que me deram doutrina, me deram maneira de agir e de pensar, me deram fé em Deus, me deram noção de princípios. Não sou bandido, não. Muito pelo contrário, quem anda fazendo muita coisa errada no Brasil não está aqui não e nem está preso em presídio, incomunicável, tomando banho de bomba de gás lacrimogêneo e tiro de espingarda 12 para botar a gente doido. Meu filho, coitado, um rapaz que nunca foi preso por falta de habilitação, nada, ficou em pânico dentro do presídio. Eu disse: "*Calma, filhinho, se acontecer alguma coisa com você, você vai ver o seu pai morrer assassinado*", porque o medo dele era que os presos revoltados lá com o absurdo da atuação, a mando do pessoal da Corregedoria... Correr calcado de botina a noite inteira em cima da laje, efetuando disparo de arma de fogo e jogando bomba de efeito moral dentro do presídio. Para que isso? É para fazer a chamada operação inquietação, que a polícia faz quando invade algum presídio, para não deixar os presidiários dormirem, deixá-los estressados, etc. Agora, fizeram isso comigo por puro revanchismo. Falaram aqui com o senhor. Eu tenho certeza que falaram isso. Não iam perder a oportunidade. Que eu sou envolvido com caça-níquel e jogo de bicho. Tanto isso não é verdade, que eu participei de um tiroteio na porta da minha casa. Durante no mínimo 20 minutos, eu enfrentei 5 marginais à bala e feri todos os 5. Porque eu sou bom atirador. Eu gosto de tiro, como declarei ao senhor, e treino regularmente tiro. Eu feri os 5 marginais com espingarda calibre 12 registrada. Essa, ninguém vai me chamar de traficante,



não, porque está presa na Justiça e era registrada em nome da minha esposa. Atirei nos 5. Baleei os 5 com tiro na cara, de cartucho 12. Agora, pergunto ao senhor, que é uma autoridade policial, que tem muito mais conhecimento do que eu. Eu dou no senhor... Com todo o respeito, se o senhor me permitir o exemplo, eu dou no senhor um tiro de 12, e o senhor vai para casa ver novela e tomar um prato de sopa? O senhor tem que ir para o hospital. Onde é que estão esses bandidos, Sr. Deputado?! Não entrou bandido em hospital nenhum. Nenhum bandido foi achado em lugar nenhum. Não procuraram bandido nenhum. A delegacia de furtos, induzida lá pela Corregedoria, fez um inquérito, que eu vi lá em primeira instância, que eu tinha provocado um tiroteio simulado, tipo um *paint-ball*, para eu passar por vítima. Porque dois delegados superintendentes, na época, foram exonerados do cargo. Um morreu meu amigo, me perdoou. Eu expliquei para ele o que aconteceu. É o doutor Nilton Ribeiro. Ele me abraçou na pizzaria onde eu trabalho, em Belo Horizonte. E pediu até que eu guardasse essas armas para ele e limpasse as armas. E, o outro, a única coisa que sabe fazer é me processar. Todo dia me processa. Qualquer coisa que acontece contra ele, ele entra na Justiça contra mim. Agora, é muito fácil chutar um cachorro amarrado. Eu sou pobre. Administrativamente, eu não sou ninguém. Socialmente, não sou quase nada. Eu sou simplesmente uma pessoa, um brasileiro, que quer viver condignamente e trabalhar. Agora, atira num filho meu e depois quer me ver de braços cruzados ou então ir para a televisão falar: "Eu perdôo..."? Eu não perdôo, não. Eu não perdôo. Não atira num filho meu. Não bate numa filha minha. Porque eu não perdôo coisíssima nenhuma. Eu acho que eu tenho o direito de me indignar com isso. Fazer o que fizeram com a minha esposa. Uma mulher de 51 anos tomou um empurrão, bateu com as costas na parede, até cair sentada no chão e perder os sentidos. Agora, lógico: "Mas o senhor não prova isso". Eu não provo porque eu não sou ninguém. Se eu fosse alguém na vida, eu ia provar. E tem muita gente boa que passa muito aperto para se explicar. Agora, eu sou um pobre coitado, um pai de família. Podem bater na minha esposa, bater nas minhas filhas. Uma é advogada. Está sentada aqui me assistindo. Se eu fosse narcotraficante, traficante de armas, eu não tinha três filhas de formação universitária, não. Meus filhos estavam no crime comigo. Minha filha ia ser dona de bordel. Meu filho ia ser traficante, assaltante de banco. Não ia freqüentar faculdade, não. Agora, surraram a minha família, covardemente. Fizeram o que fizeram. Agora, com todo o respeito, eu



quero desafiar os que me desafiaram, com todo o respeito aos que estão me acusando de ser um traficante de armas: aonde eu busco essas armas? Que armas são essas? Eles têm gravações minhas de telefone. E eu sempre soube disso. Eu sempre soube que meu telefone está grampeado. Sempre grampearam o meu telefone. Ninguém é bobo. Nós estamos no século XXI. Será que eu não ia perceber que tinha gente escutando meu telefonema? Agora, não devo nada a quem quer que seja. Eu sou um trabalhador. A minha filha, que está aqui presente, estava dormindo. É lógico que é uma moça, estava em trajes menores. Quatro policiais armados de espingarda 12 enquadram ela na janela com a espingarda 12. Ela falou assim: *"Deixa eu vestir a roupa!"* *"Você vai ficar aí, nua igual você está. Você não vai vestir a roupa."* Eles não deixaram. Se ela se mexesse... Os bandidos que deram informação para o programa de testemunha falaram que até minha esposa de 51 anos era matadora. Até a Cássia, minha esposa, matava os outros. Eles foram lá, Sr. Deputado, com calibre 12, com cartucho carregado com baletão, com bala (*ininteligível*), para transfixar porta e parede. Eles foram para me matar. Eles foram para me matar. Mas eles quebraram a cara. Porque eu sou um homem honrado. Eu não enfrentei a polícia, não. Os que me bateram, como os dois delegados, fizeram atendendo a pedido de superiores deles lá. Está certo? Delegados que, no passado, perderam cargo, porque o nome deles foi citado em negócio de jogo de bicho e caça-níquel. E eles imputaram essas acusações a mim. Eu nunca acusei delegado nenhum de ser envolvido com caça-níquel. Eu entrei contra o Dr. Antônio Carlos Faria na Justiça, porque eu era segurança e trabalhava para ele numa farmácia em Belo Horizonte. Chama-se Drogaria Araújo. E, depois, houve um problema na farmácia, Sr. Deputado, um assaltante entrou e eu feri o assaltante à bala. Eu feri o assaltante à bala. A minha marca é essa realmente. É minha grife. Eu não dou moleza para bandido. Bandido entrou para assaltar, o último lugar em que ele deveria ter entrado na vida dele foi na farmácia em que eu estava trabalhando. Agora, eu o baleei na perna. Ele foi preso em flagrante. Um juiz da 4^a Vara Criminal, na época — eu não me lembro o nome —, me deu os parabéns. Eu fui embora. Quando eu cheguei para trabalhar, eu tinha sido mandado embora, porque o dono da Drogaria Araújo disse que eu tinha provocado escândalo. Mas como que dá um tiro num bandido e não provoca escândalo? Aí eu fui mandado embora. Eu disse para ele: "Dr. Faria, o senhor foi detetive junto comigo na Furtos e Roubos. Eu vou



entrar contra o senhor no Ministério do Trabalho". Eu sou o único sujeito que eu conheço que entrou contra um patrão no Ministério do Trabalho e perdeu a causa. Eu perdi a causa. Mas, uma semana depois, mandaram levar 5 mil reais para mim na minha casa e falaram: "*Ó, toma 5 mil reais e fica calado*". Então, a única denúncia que eu fiz foi contra esse Dr. Faria, que está me processando por calúnia outra vez. Já me interpelou judicialmente 200 mil vezes. Eu já expliquei que eu nunca fiz nada contra ele, negócio de caça-níqueis, jogo de bicho. Não me interessa. Não é da minha conta. Não sou corregedor. Se ele fez alguma coisa, a Corregedoria que apure. Não sou eu, que sou um mero policial aposentado. Eu nunca o denunciei. Ele me processa, porque ele não aceita a negativa que eu faço, as explicações que eu faço. Então, ele está sempre me processando por calúnia. Mas eu nunca o denunciei. E, curiosamente, mesmo depois, aconteceu esse tiroteio na minha casa. Cinco bandidos armados, todos os cinco baleados na cara, de espingarda calibre 12. Vou ser sincero para o senhor. Tinha pedaço de lóbulo de orelha e asa de nariz no chão. E os bandidos não foram para hospital nenhum. E ninguém nunca apurou esse crime. Porque não interessa apurar. Se matar o Pratinha, não matou ninguém. O que eu tenho para dizer para o senhor, eu acho que está mais do que suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, seu Pratinha.

Em primeiro lugar, o senhor disse que foi agredido. O senhor fez exame de corpo de delito ou coisa assim?

Pode responder.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu tomei essa surra junto com o meu filho, além dos empurrões que a minha família tomou, as minhas filhas e a minha esposa, eram 4h da manhã. Na hora de ouvir as pessoas lá, o delegado ficou perguntando, Dr. Paulo Bittencourt perguntando: "*É, era 15 para às 7, não é, doutor?*" "*Não, era 15 para 8.*" E ficou aquela brincadeira lá, jogo de palavras. Eram 4h da manhã. Estava dia escuro. Levaram-me na madrugada seguinte para fazer o exame de corpo de delito. Eu tomei um pontapé nas costas. Eu fui preso dia 14 do mês passado, salvo engano. Até hoje, eu ainda tenho que mudar, porque a cama no presídio é de cimento com um colchonete em cima. Até hoje, eu tenho de acordar para parar de doer as costas, e depois deitar de novo, de pontapés que o Dr. D'Ângelo me deu nas costas, calçado com o bate-bute. E ele está aqui presente. Eu estou falando isso é para ele escutar. Eu não tenho medo dele e de ninguém. Eu



tenho medo de Deus e da minha própria consciência. Agora, estão armando essa “prisão” — entre aspas — para me proteger. Vão me botar numa cela solitária num presídio a cento e tantos quilômetros da minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Outra coisa que eu quero informar...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...é que a mando de Senador ninguém fica preso, não.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Falaram isso para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só pode ficar preso a mando da Justiça. Então, pode ficar tranquilo que Senador nenhum tem autoridade para mandar prender, a não ser numa sessão de CPI, por desacato.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A única coisa que poderia um Senador...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Inclusive, peço desculpas se eu me exaltei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, de forma nenhuma. O senhor tem liberdade para falar o que bem entende.

Então, descartado isso, eu gostaria de convidar o Deputado Neucimar Fraga para assumir a Presidência um pouquinho.

Fique à vontade, por favor.

E, se quiser já fazer as perguntas, faça ou, então, passe para o segundo inscrito. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vou ceder a minha vez ao nobre Deputado Reginaldo Germano.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente Neucimar Fraga, Sr. Marco Túlio Prata, eu ouvi o seu discurso, sua defesa... Eu, não. Nós todos que aqui estamos ouvimos a sua defesa, o seu discurso, em relação às coisas que estão sendo investigadas contra o senhor.

Só uma coisa me preocupa muito. O senhor falou de mensalão. Eu acho que aqui não está se tratando de mensalão com a sua pessoa. Isso é outra CPI. A CPI está lá no Senado.



Aqui é outro assunto. Aqui o assunto é o que foi encontrado na sua casa: armas.

O senhor tem licença de colecionador?

Pode falar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois não. Respondendo à pergunta do senhor, é o seguinte: eu tentei, salvo engano, no final da década de 90, me filiar à Associação Brasileira dos Colecionadores de Armas — ABCA. E tentei também, consequentemente, fazer um registro junto ao antigo SFIT. Hoje, chama-se Serviço Federal de Produtos Controlados, salvo engano, se não mudou. E fui até a Quarta Divisão de Exército e conversei com um oficial que hoje deve ser reformado. Chama-se Tenente Francisco. Ele me explicou como eu deveria proceder — a burocracia, que eu tinha que contratar um despachante específico para essa área e tal — e me deu algumas orientações, inclusive. Ele falou: *“Ó, você tem que fazer um armário, com fundo falso, na sua casa. Você tem que ter um cofre na sua casa porque senão entra ladrão na sua casa numa viagem que você fizer e o ladrão chega lá e acha lá armas que você vai comprar em leilões, inclusive das próprias Forças Armadas”*. Porque as Forças Armadas fazem um controle muito rigoroso, mas ela vende em leilões para os colecionadores cadastrados, autorizados, e fazem o controle daquilo. Ele me explicou tudo direitinho. Eu cheguei a fazer o pedido. Mas só que depois desse oficial, o Tenente Francisco, ele ficou sabendo que eu tinha antecedentes criminais, que eu era policial e tal, e esse estigma todo: *“Ah, o Pratinha mata bandido e tal”*. E falaram com ele que eu ia sair, talvez com um fuzil Browning BAR lá, que pesa 9 quilos, atirando em bandido, no meio da rua, com aquilo, uma arma antiquada. Então ele até me tratou rispidamente, mas eu não tenho nenhum rancor disso. Ele falou: *“Ó, o senhor não volta mais aqui não. O senhor tem antecedentes criminais. Eu tenho informações que não o abonam como colecionador de arma, que o senhor está se candidatando. O senhor não volta aqui mais não”*. Mas só que, quando eu voltei lá, inclusive, acharam na minha casa um armário com um esconderijo para esconder o armamento da FARC. É esse que é o problema, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não, mas a pergunta que eu fiz ao senhor foi só uma.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Se o senhor me permitir...



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor tem registro, o senhor tem permissão para colecionar?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Eu tentei conseguir e não consegui.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não tem.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É essa a pergunta.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois não, desculpa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A segunda pergunta... Ou melhor, quero esclarecer ao senhor. Nós temos conhecimento de que não há nenhum registro de pedido do senhor no Exército para colecionar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas é por isso que eu estava tentando explicar ao senhor, até erradamente. O senhor me perdoe. O senhor perguntou uma coisa e eu comecei falando outra.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Outra.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É por causa disso. É porque... Como... Antes do Tenente Francisco impugnar o meu pedido... O pedido realmente não chegou a ser feito. Eu estava pleiteando a ele, me candidatando. Mas antecipadamente ele já me falou o que eu teria que fazer: ter um cofre para guardar as armas e ter espaços escondidos — segredos — e um guarda-roupa muito grande. Eu mandei fazer. Na época custou 2 mil reais. O guarda-roupa está lá na minha casa. Ele tem fundo falso. Hoje é no quarto. Desculpe. É porque eu tenho problema de surdez. Eu quero pedir perdão porque eu sou surdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, não. Você pode... É outra coisa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode continuar falando.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pode falar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas, então... Eu falo muito alto porque eu não escuto direito. O surdo fala alto por natureza. Então, é o seguinte... Aí... Mas o armário já estava pronto. Hoje inclusive está no quarto da minha filha, onde a minha filha ocupa. Então, o pedido realmente, o pedido não chegou a ser formulado.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Tá. Vamos passar adiante então.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Isso aí eu já entendi. O senhor respondeu que não possui licença para colecionar armas.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Isso. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor está na Polícia... O senhor é aposentado?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quantos anos o senhor ficou na ativa como policial?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu saí... Com uns 20 e poucos anos, eu saí por decisão médica. Eu saí por decisão médica. Eu perdi a audição. Em pouco tempo eles me...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Qual era a sua função na Polícia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu era carcereiro de Polícia, embora exercesse as funções operacionais de detetive na rua.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, o senhor sabe com certeza, o senhor tem consciência de que o ato que o senhor praticava guardando essas armas dentro de casa era crime?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, mas eu quero — vamos dizer assim — argumentar com o senhor...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor sabe que era crime?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não... Eu não sei... Elas não eram minhas, mas eram de pessoas que tinham registro.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não é o assunto ainda das pessoas.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah, desculpa!

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É o ato de o senhor colecionar, guardar armas dentro de casa sem estar autorizado, sem ter habilitação, sem ter autorização para o fato.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor. Eu pensei que, para limpar, não teria problema.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o senhor é policial!

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas, justamente. Eu não tenho conhecimento dessas coisas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu não posso... Eu fui policial.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu tenho a sua idade. Eu tenho 50 anos de idade. Faço 51 o mês que vem.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Certo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu fui policial há 20 e tantos anos atrás. Não sou mais. E eu tenho certeza que eu não posso guardar dentro da minha casa quantidade de armas.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas as armas não eram minhas, como eu estou dizendo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas ainda assim. Pior ainda.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É para limpar que eu peguei.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pior ainda.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas eu estou entendendo o que o senhor quer dizer.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pior ainda. Agora, o mais difícil, Seu Marco...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Seu Prata, não é?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Marco Túlio Prata.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O mais difícil... E essas pessoas que são proprietárias dessas armas que estão com o senhor, onde elas estão?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Elas foram intimadas à Corregedoria e chegaram lá... Todas que foram intimadas confirmaram que as armas me foram confiadas para que eu fizesse um pequeno reparo. Porque eu não sou armeiro. Eu faço limpeza e pequenos consertos, coisa que qualquer policial sabe fazer. Então, as pessoas estão sendo chamadas e confirmaram isso. Tem



inclusive um cabo da Polícia Militar. Ele caiu da motocicleta, quebrou a coronha da... Ele perguntou se eu tinha uma placa de plástico daquela, só que foi um dia antes dessa operação que fizeram na minha casa, e a arma dele inclusive foi presa. Só que ele não foi chamado ainda. E a arma é cadastrada inclusive no batalhão onde ele presta serviço.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quantas armas de uso exclusivo da Polícia e das Forças Armadas foram encontradas na sua casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Das Forças Armadas, nenhuma.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não. Quantas armas, de uso exclusivo da Polícia ou das Forças Armadas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois é, o que eu estou querendo dizer ao senhor...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É calibre proibido o que eu estou dizendo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor, privativo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Estou falando isso.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Privativo, privativo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Estou falando de calibre proibido.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Das Forças Armadas, nenhuma, porque as Forças Armadas não usam calibre 40; das Polícias, o Delegado Nilton Ribeiro de Carvalho me encontrou na pizzaria, onde eu trabalhava, nós fizemos as pazes... ele conversou comigo, até chorou, ficou emocionado. O apelido que eu tenho, de Pratinha, foi ele quem me colocou. É uma pessoa que eu tenho muita estima por ele. Ele falou assim: *“Olha, eu estou com umas armas lá no carro. Vamos lá, porque eu quero que você dê uma manutenção, uma limpeza, e depois eu apanho com você”*. As armas são dele. Inclusive, ele falou comigo: *“Olha, tem uma que é raspada, você toma muito cuidado com isso. Depois, eu vou levá-la à oficina, mandar regravar, porque...”*.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Raspada?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, tinha uma raspada, sim, senhor.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas arma raspada é arma de crime.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois é, mas não fui eu quem raspou, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o senhor, como policial, experiente...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ...mais de 20 anos como policial, o senhor tem a condição de receber uma arma raspada... Porque quando alguém vem trazer para mim um objeto que possa ser produto de qualquer delito, eu, imediatamente, eu não quero envolvimento...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ... eu não vou colocar a mão na cumbuca.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu confesso ao senhor que, dado o respeito e o carinho que eu tinha pelo Dr. Nilton Ribeiro, eu não tive coragem de falar para ele...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor pegou a arma raspada e levou para a sua casa...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Peguei para limpar e tudo... Eu não vendi a arma, não raspei, não fui eu quem raspou...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas ela foi presa dentro da sua casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ela estava dentro da minha casa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quanto tempo que essa arma ficou na sua casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ficou algum tempo, porque, depois, o Dr. Nilton Ribeiro, inclusive, veio a falecer, ficou doente...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas, quanto tempo, mais ou menos?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah! Aí, eu não posso lembrar. Sinceramente, eu não me lembro, eu estou sem noção do tempo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ano?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não, isso, não! Foram alguns meses. Logo depois, ele passou mal, foi internado e veio a falecer.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não era correto o senhor pegar essas armas dele e entregar para a família dele?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas o Dr. Nilton Ribeiro era viúvo. O que eu quero argumentar...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas ele não tinha família, não tinha parente, filho?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas, justamente, eu não sabia quem era a família. Ele era viúvo, um filho dele já falecido, o resto da família eu não tinha como contactar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o senhor era amigo dele e não sabia nada dele?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não sabia.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E pegava as armas, inclusive uma arma raspada, sem procedência? O senhor... Eu quero entender essa coisa: um policial...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Igual o senhor falou, que fazia trabalho até operacional...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ...que, certamente, esteve várias vezes envolvido com noções de Direito... Porque quem faz trabalho operacional de rua tem que ter, pelo menos, uma noçãozinha do que está fazendo, de Direito...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ...como é que o senhor consegue pegar essas armas, principalmente — eu vou focalizar apenas... vou focalizar-me numa só. Eu não vou nem... eu não vou falar dessa pistola Walther PPK, eu não vou falar da .40, não sei se esta era a raspada —... agora, a arma raspada... o senhor é um policial há 20 anos na Polícia, o senhor pega essa arma raspada... raspada, e o senhor leva para dentro da sua casa, o senhor guarda essa



arma na sua casa, durante um tempo... porque eu já até fico na dúvida se não foi mais de um ano, já até fico na dúvida...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, porque...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor leva essa arma para dentro da sua casa, e o senhor... É difícil!

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O comentário do senhor está completamente correto.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É difícil. Olha, a gente queria até partir...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Só que eu não tive coragem...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A gente queria partir para o raciocínio de até mesmo inocentar o senhor, mas está difícil.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Está difícil. Os jornais — aqui, eu não estou nem falando mais de Ministério Público, não estou falando mais de corregedoria, de Polícia —, os próprios jornais... Olhe aqui: *“Segundo a Senadora Heloísa Helena, do PSOL, integrante da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, na casa de um policial aposentado foram encontradas armas e vários tonéis e caixas com documentos da agência”*.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eram os documentos que o meu irmão pediu para eu guardar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quer dizer, é muita coisa, é muito problema para uma pessoa só. A coisa, toda ela... quase todos os problemas aqui citados estão concentrados na pessoa do Marco Túlio Prata. O Marco Túlio Prata está envolvido em vários assassinatos confessos.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu já respondi por eles e fui absolvido.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pois é. Não, há um envolvimento.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, essa coisa começa manchando a ficha de conduta que a gente tem. Quando a gente começa a estar envolvido em muito delito, então a gente vai perdendo a credibilidade.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A gente vai perdendo a credibilidade. A gente tem credibilidade até não estar envolvido em delito nenhum. Quando vem o primeiro, vem o segundo, vem o terceiro, vem o quarto, aí começa a cair por terra. E acaba de cair por terra quando as provas concretas acontecem. A Polícia vai à sua casa e vai com mandato de busca e apreensão... vai com mandato de busca e apreensão, porque o delegado...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas ninguém me mostrou nada.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O delegado, me desculpe a expressão, não é burro para invadir a sua casa, entrar na sua casa, sem estar acobertado pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sem estar acobertado pela Justiça. Quer dizer, o delegado vai à sua casa e, chegando na sua casa, encontra 17 armas, encontra granadas, encontra...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Efeito moral, não é granada.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não importa. É granada. Se o senhor pegar uma granada, de efeito moral ou não, e chegar no meio da rua e falar assim: "Olha, olha...". Eu vou causar um pânico, não vou? Os outros não vão saber se é de efeito moral, se vai matar, se não vai matar. É uma granada de efeito... de efeito de intimidação.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É uma granada de efeito de intimidação, esta é a grande verdade. Então, Dr. Prata, tudo está... estão concentrados em cima da sua pessoa todos esses delitos que aqui estão sendo falados. É impossível... O Deputado Moroni Torgan é delegado de Polícia Federal.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu duvido que o senhor, se for na casa dele, vai encontrar um arsenal de arma lá. Duvido. Duvido. Não vai encontrar um arsenal de arma lá. O senhor está entendendo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu sou ex-policial, eu tenho uma arma registrada... registrada na Polícia Federal. Eu tenho uma, é de



conhecimento de todos. Agora, o senhor, ao chegar na minha casa, não vai encontrar um arsenal de armas, lá. Eu gosto também... eu gosto de ir para o *stand* atirar. Eu também gosto.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E uma porção de gente que tem neste Brasil também gosta. Agora, já imaginou se cada uma dessas encontrasse um arsenal... Nós estamos vivendo um momento difícil neste País...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas as armas que estavam lá, eu quero... se o senhor me permitir, não eram minhas, deixaram comigo para eu limpar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pior ainda.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não estavam lá nem para vender, nem para eu comprar, nem para fazer uso criminoso delas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É pior. Nós não podemos comprovar nada disso agora.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Desde o momento que a arma é ilegal, eu não sei se ela está lá para cometer crime, para cometer delito, para ser emprestada, para ser alugada, para ser vendida. Ela é uma arma ilegal, ela não existe. Ela não existe. Ela tinha de existir legalmente para o senhor poder falar isso. Elas tinham de existir legalmente, todas elas registradas no seu nome, se pudesse. Mas o senhor não pode...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas era no nome das pessoas que deixaram comigo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, pior ainda. O senhor pode não ter arma... o senhor não pode ter arma, até pela conduta, porque o senhor disse que o oficial do Exército não lhe permitiu dar a licença para...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Para colecionar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ... para colecionar. Então, o senhor já não tinha licença para colecionar, mas, ainda assim, o senhor foi guardando armas clandestinas...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Elas são registradas.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ...clandestinas, porque o delegado não morreu? Ora, se o delegado morreu, pega as armas dele e entrega para a família dele. O correto seria isso. Agora...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, mas eu não sabia.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O quê?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor com 50 anos de idade, 20 anos de Polícia, e não sabia disso!?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ele era viúvo, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ah, pelo amor de Deus! Olha, o senhor ainda disse aqui para nós — está gravado aqui —, o senhor disse que ele era seu amigo, que depois ele veio e que ele se arrependeu, do quê, não sei. Como é que o senhor conhecia essa pessoa e não conhecia a família dele? O senhor o conhecia a ponto de pegar a arma dele... inclusive, uma arma raspada.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor o conhecia a ponto de pegar — Deputado Moroni Torgan — uma arma raspada e levar para dentro de casa. Como é que o senhor não conhecia o resto da família dele?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu conhecia, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Está difícil!

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Só que o filho dele morreu, a esposa dele morreu. Eu estou dizendo para o senhor que a segunda família eu não conhecia.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Entregava até essa arma dele à Justiça. Mas o senhor não ficaria com essas armas. E a arma clandestina, a raspada, como é que o senhor ia fazer?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, senhor...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O que o senhor iria fazer com a arma raspada? O senhor iria entregar a quem? Como é que o senhor iria devolver essa arma raspada? Então, fica difícil.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Por isso é que eu não devolvi. Eu não sabia... eu fiquei no aperto: o que eu iria fazer com aquilo?



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Fica difícil. Olha, eu vou falar uma coisa para o senhor.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu já vi sentarem aí várias pessoas que tiveram esse comportamento em depoimento, mas não ajudaram em nada.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pelo contrário, somente atrapalharam. Saíram daí diretamente para a condenação. E se o senhor não tiver um argumento melhor do que esse... Dizer que o Ministério Público lhe agrediu, que a Polícia lhe agrediu... o senhor não fez exame de delito. O senhor deu queixa-crime contra eles por agressão?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu fui preso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o senhor deu queixa-crime contra eles? O senhor tem advogado! O senhor não fez nada disso!

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu estou...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor não fez nada disso. O senhor, na verdade — não é que o senhor é, não... O comportamento que o senhor teve nesse episódio não foi o comportamento de uma pessoa inocente. Porque se fizer alguma coisa comigo que eu seja inocente, eu vou atrás dos meus direitos. Se o delegado lhe agrediu, se a Polícia pisou no seu pescoço, se fez todas essas ações criminosas contra a sua pessoa, contra a sua família, dentro da sua residência, o mais simples a fazer é a representação. É simples: se o senhor está agredido, vamos fazer exame de corpo de delito. É simples. Se o senhor não tomou nenhum procedimento contra eles, se o senhor aceitou essa coisa passivamente, é porque, certamente, havia uma esperança de que a coisa não iria chegar ao ponto que chegou.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Se o senhor me permitir, eu tinha que fazer o cadastramento de servidor público, por causa do mês de agosto, senão o meu salário é cortado. Eu teria que fazer o recadastramento. E eu pedi autorização para ser conduzido, escoltado até o órgão competente, para eu fazer o recadastramento para receber o meu pagamento para que ele não fosse cortado. Nem isso foi autorizado.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Está bom...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Como é que o senhor me pede para que eu faça representação...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - De corpo de delito? O senhor tem advogado, tem Ministério Público... O senhor tem advogado. Agora, eu só quero fazer uma pergunta, para terminar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu já tenho uma idéia, mas eu quero que o senhor diga. Posso estar errado.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor ameaçou o Dr. Elder, de morte?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ninguém.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor nunca ameaçou?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, nunca. Quem falou isso está mentindo. Eu não ameacei ninguém.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor não falou para ninguém?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Na presença de ninguém?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não se ameaça um promotor de Justiça, não se ameaça uma autoridade. Não existe isso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor não falou isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Nunca. Eu nunca falaria uma coisa dessa, até mesmo porque eu teria que ter o mínimo de noção de hierarquia e disciplina. A gente não faz uma coisa dessa, isso não existe.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu, quando foi falado isso aqui....

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Prata, Sr. Pratinha...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Isso, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Prata. Vou falar com respeito.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O senhor fique à vontade.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu, com sinceridade, fiquei um pouco na dúvida: como é que pode um homem ameaçar um delegado de Polícia, publicamente, onde pudesse ter provas contra ele? Fiquei meio balançado.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o senhor falou tanto em matar, em atirar, em fazer e acontecer, o senhor demonstrou tanto ódio, que acabou me convencendo de que o senhor ameaçou.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas... eu estou perguntando, e o senhor está afirmando que não ameaçou?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Está bom, muito obrigado.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - E quando eu disse ao senhor que, eu, infelizmente, fui levado a matar bandidos e tudo, é em decorrência da minha função, para salvar a minha vida e a vida dos meus familiares. Eu não quis dizer, com todo o respeito... acho que eu me expressei mal a V.Exa. Eu não quis dizer que eu saio por aí distribuindo bala a quem quer que seja. Não é isso que eu quis dizer. Eu devo ter me expressado mal, o que levou o senhor a pensar dessa maneira. Mas eu peço desculpas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Olha, Sr. Marco, com um arsenal de arma desse, desconhecido...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Com um arsenal de arma desse, desconhecido... porque, por exemplo, a minha arma é conhecida, eu tenho autorização para tê-la lá em casa. A Polícia Federal sabe que ela está lá, tem um documento dela. Ela está lá. Agora, a partir do momento que eu tenho 10 armas que ninguém sabe que elas existem... ninguém sabe que elas existem... ou elas até existem, mas ninguém sabe que elas estão comigo. Elas estão no nome de outras pessoas, ninguém sabe que elas estão comigo. Então, eu posso utilizar essa arma para fazer o que eu quiser, e dificilmente vai-se ligar essa arma à minha pessoa, até que chegue o ponto de acontecer isso o que aconteceu com o senhor: de a Polícia entrar na sua casa, com mandato, e pegar todas essas armas lá. Se a Polícia não faz isso, o senhor iria continuar com essas armas, e ninguém jamais iria saber. O



senhor poderia matar, matar, matar, matar, e ninguém nunca iria saber quem foi que matou. Vamos ver se, nessas armas, de experiências feitas nessas armas, a gente consegue encontrar algumas vítimas. E se encontrar algumas vítimas, certamente o criminoso vai ser o senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Muito obrigado, Deputado Reginaldo Germano.

Sr. Presidente, convido V.Exa. para reassumir a presidência. Vou fazer algumas perguntas, mas terei que retirar-me logo em seguida. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer ao Vice-Presidente, Neucimar Fraga, a quem passo a palavra para que possa fazer as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Marcos Túlio...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Marco Túlio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por que o apelido Prata?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O Prata é sobrenome.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pratinha foi...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pratinha é em decorrência do sobrenome.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor disse... Quem lhe deu esse apelido?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi o Delegado Nilton Ribeiro. Foi logo quando eu entrei para a Polícia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor disse que ele já faleceu?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ele já é falecido.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Faleceu de quê?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Parece que ele ficou diabético. Eu não posso dizer para o senhor com certeza.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor conhece o Sr. Marcos Vinícius?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Marcos Vinícius?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Marcos Vinícius... Não. Não conheço Marcos Vinícius, não, senhor. Deve ter algum... Eu não conheço nenhum Marcos Vinícius, assim... que eu me lembre, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quem foi que lhe entregou a munição para guardar na sua casa, as granadas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah! Desculpe, é que eu entendi errada a pergunta. Chama-se Vinícius Lucílio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Vinícius Lucílio?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É um detetive do DOESP. Ele pediu que eu guardasse por algum tempo...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por que ele pediu que o senhor guardasse?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, é porque ele falou que a mulher dele era muito brava, que se ele fosse entrar com aquilo lá que iria dar problema, e que ele tinha ganho aquilo de um policial que servia no Rio de Janeiro, e depois iria pegar com ele. Uma coisa assim, não foi muito claro. E deixei lá. Logo depois, veio a notícia de que ele morreu assassinado. Um tiro, por engano, que um fazendeiro deu nele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Essas granadas são de efeito moral e gás, não são granadas — quero deixar bem claro para o senhor —... não são granadas ofensivas que se jogar aqui vão ferir. Não, são granadas de gás lacrimogêneo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas ele, além das granadas, entregou algumas munições também?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, tinha munição 556, já recarregada. Inclusive, a munição tem marca de recarga... de treinamento deles, lá da Polícia, tiro de fuzil 556. Tanto é que nenhum fuzil foi apreendido na minha casa. E são poucas balas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Além do Sr. Vinícius e do Sr. Nilton, que o senhor citou, algum outro policial pediu para o senhor guardar alguma arma ou munição na sua casa?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pediu para fazer limpeza o Dr. Jorge Augusto Travasso, um delegado de Polícia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Jorge? Limpeza em que arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Um rifle 22, com mira telescópica; uma pistola 22, com... uma pistola Bersa, 22, e 2 revólveres... 2 revólveres.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Todas são armas de uso pessoal do citado?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Ele falou: *“Olha, eu estou com umas armas...”*. Encontrei com ele, num clube, em Belo Horizonte, que se chama Barroca Tênis Clube. Parece que ele morava por ali. Ele falou: *“Olha, você dá uma limpeza numas armas? Eu estou com umas armas de um pessoal, aí. O pessoal foi atirar num sítio. Você dá uma limpeza para mim e tal?”*. Depois, eu não encontrei com ele mais.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor cobrava quanto para limpar cada arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não, eu faço diletantemente. Eu gosto de manusear arma de fogo, gosto de limpar, gosto de atirar. Eu não sou armeiro, não tenho oficina.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Jorge é o que na Polícia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O Dr. Jorge é delegado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Delegado civil?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Da Polícia Civil. Professor de judô, antigo. Foi meu professor de judô por muitos anos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Delegado... Jorge de quê?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Jorge Augusto Travassos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Jorge...?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Augusto Travassos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Augusto...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Travassos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, ele te entregou um rifle...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Um rifle, a pistola e 2 revólveres.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A pistola, qual a...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pistola 22.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pistola 22?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Um rifle, uma pistola...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - E 2 revólveres 38, para limpar.

Que eram de amigos dele. Ele falou: *"Olha, eu estou com uma arma do pessoal aqui... estou com uma arma do pessoal. Você limpa para nós? Depois, eu vou entregar para eles"*.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Além do Sr. Nilton e do Sr. Jorge, mais algum policial levou arma para o senhor dar limpeza?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Tem um policial da Polícia Militar que deixou...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual o nome dele?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Chama-se Cabo Marquinho. Eu não sei o sobrenome dele.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Cabo Marquinho. Qual é a arma que ele levou para o senhor?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Uma pistola 380, modelo 938. É que ele caiu da motocicleta de patrulhamento e quebrou um pedacinho, e tal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Estava em nome dele a arma, registrada?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Segundo ele, sim. Está cadastrada, inclusive, no batalhão da Polícia onde ele presta serviço.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quando o delegado... Quando o Nilton entregou a arma para o senhor, ele entregou dizendo que a arma estava raspada?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ele falou que tinha ganho essas armas de presente e que... *"Mas, olha, toma cuidado, porque uma está, inclusive, raspada"*...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ele disse de quem ele havia ganhado as armas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor, não disse, não. Se dissesse, eu diria para o senhor agora.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quais as armas que ele entregou ao senhor?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foram duas pistolas calibre 40, com alguns carregadores....

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - As duas estavam raspadas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual era a que estava raspada?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É uma oxidável, modelo 940. Eu quero argumentar com o senhor, se o senhor me permitir, que se fosse para eu raspar, eu teria raspado as duas armas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor já raspou alguma arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Eu não preciso fazer isso. Eu não sou...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Alguém já lhe pediu para raspar alguma arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Também não, senhor, absolutamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não? A única arma raspada que o senhor fez manutenção foi essa, então?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, o senhor já recordou aqui do Jorge, do Nilton e do Cabo Marquinho.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - E do Vinícius Lucílio.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E do Vinícius?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho uma dúvida: o Jorge assumiu a posse das armas, e tudo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sr. Deputado, depois que eu fui preso, não tive mais contato com ninguém. Eu não sei se ele foi chamado... Eu não sei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Cabo Marquinho entregou qual arma para o senhor?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Uma pistola 938, calibre 380, usada, já uma arma de uso. Realmente, diário, que a gente chama de 24/7 — 24 horas por dia, 7 dias por semana. Arma, mesmo, de uso do policial militar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mais ninguém entregou ao senhor nenhuma arma? Nenhum outro policial, delegado?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Tem...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Lembre, veja só, o senhor está tendo oportunidade aqui...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu acredito que é a primeira vez que o senhor está tendo a oportunidade de fazer uma defesa pública para a sua família, para os seus amigos, para a imprensa...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - ... e com tempo para responder...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu agradeço por isso.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu acho que a CPI está lhe dando oportunidade... dando oportunidade a V.Sa. muito grande de fazer uma defesa, de expor os fatos.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, é importante que o senhor não negue nenhuma informação à CPI.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Não nego, não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E nem fale o que não tiver como provar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nem invente história.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não! Absolutamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Porque tudo o que for falado aqui nós vamos continuar as investigações. Nós vamos...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não viria aqui para menosprezar a inteligência dos senhores.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nós temos o depoimento do senhor, nós temos o depoimento de testemunhas. Então, é importante que o senhor fale estritamente aquilo que o senhor sabe.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, não invente história e nem negue fatos.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não!

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por isso, quero dizer ao senhor que estás numa situação complicada.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sua família passou por momentos turbulentos, e ainda está passando.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, quer dizer, a sua vida pessoal já está meio atrapalhada, a vida da sua família tem estado tumultuada.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sofrendo muito.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sofrendo muito. Então, o senhor não pode proteger ninguém aqui.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não!

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E nem queremos que acuse inocente.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Por isso, eu pergunto, tem mais algum policial que levou arma para o senhor?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Desculpe, eu não quero interromper o que está dizendo, se for permitido eu falar agora. Duas armas são do Dr. Nilton, essas outras são do Dr. Travassos que o senhor acabou de perguntar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Doutor?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Dr. Travassos, como ele é conhecido.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Jorge?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Jorge Augusto Travassos, como ele é conhecido. E tem essa pistola automática desse Cabo Marquinho da Polícia Militar, que eu não sei o nome dele todo, ele é apenas um conhecido.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas ele só entregou essa arma para o senhor?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ele deixou a arma comigo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só essa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Isso. A pistola 380.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E mais qual policial deixou com o senhor?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Tem um amigo meu que levou uma pistola automática 22 também argentina.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual o nome do amigo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Chama-se Augusto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É policial também?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Ele não é policial. A arma é da filha dele. Eles atiraram num sítio, uma coisa assim e tal, e pediram que eu limpasse. E uma espingarda 12 também que eu não sei de quem que é, que foi apreendida lá, que também é registrada. Foi levada à minha casa por esse Augusto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mais quem?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Hein?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mais quem?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, são essas pessoas.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Tem certeza?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, tenho. Foi o Augusto, o Dr. Nilton Ribeiro, Dr. Travassos, esse Vinícius Lucílio, esse Cabo da Polícia Militar e esse...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor possuía quantas armas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foram apreendidas nesse volume de armas duas armas que são registradas em nome da minha esposa. Uma arma...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E no seu nome?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, no meu nome, não tinha.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você nunca teve arma registrada em seu nome?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, para o senhor ter uma idéia. Um revólver...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E por que sua a esposa tinha arma registrada no nome dela?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É porque, dados os antecedentes criminais que eu tenho, eu não comprei mais arma, porque eu não posso registrar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sim. Alguns de seus filhos tinham alguma arma registrada no nome deles?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só sua esposa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É. Minha esposa registrou 3 armas: uma calibre 12, que foi apreendida pela Justiça de Contagem, está na Justiça, onde eu usei a arma para me defender no dia do tiroteio dos bandidos que atiraram contra a gente. A arma está apreendida. Um revólver de 9 tiros para treinamento de tiros, 9 tiros. Embora seja grande, é calibre 22. Foi apreendido...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E o senhor comprava munição de quem?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Quando eu não comprava na loja, às vezes, eu comprava no clube onde eu freqüento.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O clube vendia munição normalmente lá?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eles fornecem a munição para o senhor para que o senhor treine no clube. Não é assim vender munição aleatoriamente. O clube não faz isso. O clube é idôneo, o clube é idôneo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só para acrescentar. As armas estavam em nome da sua esposa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Um revólver e uma garrucha calibre 36 de um tiro só. Uma arma...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você, então, não tinha autorização para posse de armas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E, mesmo assim, um clube deixava o senhor...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, esse clube... O senhor é Deputado ou Senador? Desculpe.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deputado.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sr. Deputado, esse clube, o senhor chega e o senhor se filia ao clube. O clube tem armas para fornecer à pessoa que queira fazer uma prática de tiro lá. Eles emprestam uma arma, o senhor atira e depois o senhor paga pelo aluguel da arma ali e da munição e vai embora.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Sr. Jorge o senhor falou que faleceu.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, o Dr. Jorge não faleceu.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Está vivo ainda?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Para mim, tá.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Para mim?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, na minha opinião, não tive notícias que ele faleceu não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Cabo Marquinho?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Tá vivo. Espero que sim.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Tá vivo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - E o Dr. Travassos também espero que sim.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Augusto?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O Augusto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Todos eles estão vivos?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Estão, sim senhor.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quem morreu então só o Nilton?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Só o Dr. Nilton. Do meu conhecimento, só o Dr. Nilton infelizmente, uma pessoa muito querida.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor já fez alguma viagem para o Paraguai?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu não tenho nem passaporte. Eu nunca viajei. Eu não tenho nem dinheiro e nem tempo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas para o Paraguai não precisa de passaporte, não.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não sabia disso, eu nunca fui lá.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No Rio Grande do Sul?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - No Mato Grosso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, o senhor pode perguntar para quem o senhor quiser em qualquer órgão de informação do Brasil.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor já vendeu alguma arma lá em Belo Horizonte?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu não vendo arma. Eu sou... Eu confesso ao senhor o crime de ser apaixonado por arma de fogo e tiro ao alvo diletantemente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, o senhor não costumava pegar algumas armas? Uma pessoa diz assim: "Ah, ô Marcos, limpa essa arma para mim aí. Ah, vende essa arma para mim. Você tem mais facilidade de vender para algum atirador aí".

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não. O atirador geralmente quando ele tem arma, a arma é registrada e ele tem que vender somente para outro atirador, porque as armas geralmente são de calibre pesado. O atirador de tiro prático, por exemplo, ele atira com pistolas 40, 45. Então, ele tem que passar obrigatoriamente para outro atirador credenciado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA Mas o senhor, nesse período, quando algum amigo levava uma arma: "Ô, Marcos dá uma limpeza nessa arma para mim. Mas eu não posso ficar desarmado nesse período enquanto a arma está... Você não tem uma arma para me emprestar?"

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah, não! Isso, não. Nunca houve necessidade de acontecer isso, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O que acontece, às vezes, da pessoa telefonar para mim é perguntar. Como eu sou um aficionado, sou uma pessoa curiosa, interessada, a pessoa: "Escuta, se eu for vender uma arma, quanto é que poderia pagar numa arma antiga, por exemplo, numa pistola Luger, numa Mauser 763 que meu avô me deixou? Você tem noção de preço?". Aí troca idéia, dá um palpite, uma coisa. Mas eu afirmo categoricamente para o senhor e para todos os presentes que estão me ouvindo: eu desafio qualquer um a provar que eu compro arma e que eu vendo arma. Eu não faço isso, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor nunca vendeu, então, nenhuma arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu não sou comprador e nem vendedor de arma.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k. Sr. Presidente, devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Neucimar Fraga.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Marco Túlio, qual o nome dos seus advogados?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Os meus advogados?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É o Dr. Paulo Miranda, a minha filha, Flávia Prata, e o Dr. Ricardo, que está aqui, que é do Sindicato dos Policiais Civis lá de Belo Horizonte. E tem um que não pôde vir, é o Dr. Zé Arteiro, que está em Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem paga esses advogados?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. O sindicato. Eu sou filiado, então, o sindicato me oferta essa assistência jurídica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Todos eles são, quer dizer, são...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não pago.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o sindicato que está...



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, sim senhor. E um ou outro que eu tivesse que pagar está até me ajudando, porque eu não tenho como pagar advogado, eu não tenho dinheiro para pagar advogado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor entrou na Polícia Civil...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Em 75, 76.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi concurso público ou foi indicação?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Concurso público. Passei em 13º lugar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para ser carcereiro?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Isso. Sim, senhor, na época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Carcereiro usa arma na sua função?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Usa, ele tem, o carcereiro de Polícia, na minha época, hoje o cargo foi inclusive extinto, nós fomos todos passados à condição de agente policial, mas, na minha época, carcereiro era também um cargo de carreira de policial civil. Tinha direito à identidade funcional, a portar arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas a função dele era de cuidar dos presos?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Geralmente trabalhar em cadeias públicas e presidiárias. Embora eu fosse aproveitado em função *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor disse que fazia função de...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sempre fui aproveitado em função *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De investigador?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim. Sim, senhor. Durante toda minha vida, eu nunca trabalhei...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é que autorizava isso? Já que o senhor foi lotado para tomar conta de uma delegacia...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... ou então de um presídio?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É. Eu não sei se é do conhecimento de V.Exa. Na Polícia existe uma prática, que eu não sei se ainda é usada, chama-se a tolerância do serviço. Existem, por exemplo, detetives de polícia que prestam serviço *ad hoc* como peritos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas eu pergunto: o senhor ganhava para ser carcereiro?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por esse serviço extra, o senhor ganhava também alguma coisa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Serviço extra?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, no caso de ser investigador?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não. É só mesmo para trabalhar operacionalmente e fazer investigações, prisões e tal. Essas coisas. E com o conhecimento da cúpula da Polícia. Isso é uma prática rotineira na Polícia. Pelo menos era durante o período que eu servi na Polícia. Não sei se ainda é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor sabe que o Ministério Público é uma instituição séria. Quando ela faz uma denúncia, ela faz todo um processo de investigação, diversas formas de investigação que tem, porque se ela fizer algo que não tenha consistência, ela não vai ser leviana de fazer uma denúncia. E, além do mais, não é ela que determina, não é o Ministério Público que determina a ação do mandado de prisão e de busca ou de apreensão.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem faz isso é a autoridade judiciária que analisa os elementos da Polícia Federal, que é uma instituição idônea. A Polícia Civil também que faz investigações. A partir daí, esse processo todo, é um inquérito que é feito, investigação mandada para o Ministério Público, que faz a análise, faz a denúncia, pede ao Judiciário, que determina o mandado de busca e apreensão ou mandado de prisão. Então, pela fala do senhor, o senhor desqualifica essas instituições. E nós não podemos aceitar isso, porque, de fato, pode, o senhor disse que foi feito algo forjado para colocar o senhor...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - A intenção, se o senhor me permitir a interrupção, com todo respeito,...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - A intenção era prender o irmão do Sr. Marco Aurélio, que era o contador do Sr. Marcos Valério, porque, o senhor veja bem, eu sou réu confesso infelizmente de uma tragédia, um crime que eu pratiquei, de uma tragédia que a minha família foi vítima. O meu filho querido foi baleado na cabeça, não é isso? Então, eu cometí aquele ato insano, eu fiquei completamente doido, completamente fora de mim, de controle, e realmente sou réu confesso de um crime de homicídio que eu pratiquei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Só que eu fui preso preventivamente. Um ano e tanto depois que eu já estava liberado, exercendo minhas atividades, trabalhando, cuidando da minha família, está certo?, eu já tinha sido ouvido, eu já tinha liberado, não existia nada. Eu tenho certeza, e não estou aqui caluniando ninguém, estou sendo sincero, olhando nos olhos de V.Exa. Eu sou um homem cristalino, transparente, porque eu falo a verdade. Eu não gosto de mentir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Me permite, padre?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Deputado é padre, só para falar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero dizer só para o senhor não vir dizer coisas inverídicas em respeito a essa sua vontade de dizer a verdade. No seu relatório, no relatório que foi encaminhado pelo delegado da Corregedoria, do seu episódio, ele fala na fl. 5, que essas pessoas que o senhor citou: Alfredo Martins da Costa, Jorge Augusto Travassos, Nilton Ribeiro de Carvalho, já todas são falecidas. Todas são falecidas, está aqui no relatório. E Vinícius Lucílio também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Todas essas pessoas que o senhor citou aqui no relatório, eu não estou confirmado que eu não estou vendo aqui a Certidão de Óbito, mas, pelo relatório, todas já falecidas.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas o Dr. Augusto me consta, o Dr. Augusto Travassos, Sr. Deputado, que ele está vivo. Não tive notícia que ele faleceu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu estou preso, eu não estou sabendo o que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, mas seu Marco, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, só para que o senhor venha a dizer...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas eu não digo não, Sr. Deputado. O senhor pode confiar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque aqui o que o senhor diz será também investigado pela CPI.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nós teremos informações que possam se confrontar. E aí, no caso, se o senhor não tiver dizendo a verdade...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas eu estou dizendo a verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... o senhor vai cometer mais um crime, além dos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O ruim, Deputado Luiz Couto, é que essas pessoas já falecidas não vão poder...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não podem testemunhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não vão poder confirmar se são ou se não são...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor costuma guardar as cápsulas que o senhor atira?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É prática comum, se o senhor me permitir — às vezes estou interrompendo o senhor, eu peço desculpas —, é praxe, quando a gente atira, a gente usa a munição do clube. Depois devolve a munição para o clube e ela, é recarregada novamente. Por isso que... senão fica impraticável a prática de tiro esportivo, porque a munição é uma coisa muito cara. No Brasil, principalmente, munição tem um preço inviável, é muito caro. Um tiro hoje, por



exemplo, de revólver 38, é praticamente, arredondando aí um pouco para cima, um pouco para baixo, é 5 reais uma bala.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor tinha carregador?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não, eu não tenho recarga. A munição que eu usava é do clube que eu freqüento. E eu atiro lá semanalmente, quinzenalmente, atiro sempre lá. E a munição eles têm autorização para recarregar, para ceder a munição, para que a gente possa praticar tiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que alguns policiais e algumas pessoas levavam armas para que o senhor fizesse reparo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não, limpeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tinha uma que quebrou lá, ou seja, o senhor consertou, tinha reparo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É porque às vezes...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tinha autorização da...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu não sou armeiro. Eu faço pequenos... Por exemplo, quebrou uma peça de plástico, aí, se eu tenho uma igual usada, se eu tenho uma lá jogada fora...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Aí eu oferto ao senhor, por exemplo, não cobro nada por isso. *"Oh, Pratinha, quebrou o cabo de madrepérola do meu revólver que meu avô deixou"*, por exemplo. Coloco outro ali, colo e dou para o senhor. Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, mas o senhor, quer dizer, fazia isso de graça?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Faço por prazer. Como, por exemplo, a minha filha, por exemplo, e outras moças que eu conheço — eu nem sabia que existia isso —, ela gosta de bolsa Victor Hugo. Um cidadão, por exemplo, que tem dinheiro e coleciona caneta *Mont Blanc*, eu gosto de arma de fogo, eu acho bonito atirar, essas coisas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, seu Prata, por que tantos coldres como o senhor tinha lá? Por que tantos? O senhor tem coldres de vários tamanhos.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Justamente. Eu vou explicar a V.Exa. São coldres que eu comprei, era uma bolsa assim, mais ou menos, com aproximadamente 100 coldres, todos novos, sem uso. Eu comprei simplesmente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor comprou onde isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Comprei no clube que eu atiro, porque lá é clube, é curso de tiro e tem uma pequena butique também que vende acessórios de tiro, do esporte do tiro, porque o tiro, para mim, pelos menos é um esporte. Então, são todos coldres novos, sem uso, coldres até cheirando a couro. São coldres novos que eu tinha. Coldres axilares, coldres táticos, aquele modelo que a gente chama vulgarmente de Robocop, coldre axilar, a arma fica de cabeça para baixo, a outra de ponta para cima. São todos coldres novos que foram apreendidos na minha casa sem uso, que eu comprei porque foi vendido numa oferta lá no clube a 5, 10 reais cada coldre. Isso no comércio custa 30, 40 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por que esses porta-carregadores de couro que tinha na sua casa e também municiadores?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, justamente para prática de tiro. O *Jet Loader*, por exemplo. É um dispositivo que os americanos criaram, chama-se *Jet Loader*, carregador rápido. O senhor coloca ali 6 balas no revólver. Quando o senhor abre o tambor, o senhor não precisa colocar bala a bala. O senhor abre o tambor, e as balas são lançadas ali automaticamente. Todas as 6. É justamente para treinamento de saque, modalidade de tiro realmente esportivo. Chama-se *jet loader*. Eu não sei se é do conhecimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu não conheço. A única arma que eu tenho é a arma da oração.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O senhor está de parabéns. O senhor é um padre. É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não sei. Nunca usei uma arma e nem quero usar.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor... Eu quero mais uma explicação.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor é conhecido nas delegacias e nos tribunais. A matéria que foi publicada no jornal *Estado de Minas* diz que o senhor responde a vários processos. O senhor responde a vários processos?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu estou respondendo a um processo por homicídio, nesse tiroteio que houve com os marginais, na porta de uma lojinha de armarinho que eu tinha. Fui obrigado a fechar, quando os bandidos atiraram contra mim e contra a minha esposa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo eles, o senhor responde a processo por homicídios, não é?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - No pronto-socorro, no bandido que atirou no meu filho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse caso, o senhor entrou num hospital e...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está aqui.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não entrou num hospital?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Isso é a imprensa que gosta de fazer escândalo, fazer confusão. Eu não entrei em hospital, Sr. Deputado. O meu filho, no dia em que foi baleado, a Polícia Militar estava de greve em Belo Horizonte. O meu filho querido foi baleado. Ele foi encontrado por mim quase uma hora depois que ele foi alvejado com um tiro na cabeça, com o cérebro exposto em via pública. Eu e a mãe dele é que fomos providenciar o socorro. Nessa altura, passou uma viatura da Polícia Militar e o conduziu, a pedido meu. Eu não tinha nem perna para ficar em pé, de tamanho susto que eu tomei. Meu filho jorrava sangue pela cabeça, uma coisa dantesca. Aí, os militares socorreram meu filho, apesar de estar de greve. Levaram para o Hospital Municipal de Contagem. No hospital, meu filho, apesar de ferido gravemente, ele estava lúcido e andando. O meu filho entrou no hospital. E um médico muito extraordinário, um médico maravilhoso, a quem, acho que, abaixo de Deus, eu devo a vida do meu filho, falou assim: *"Esse rapaz vai morrer dentro de 30 minutos"*. Chamou uma ambulância, aqueles microônibus, a UTI Móvel. A UTI parece que estava chegando, socorreu o meu filho incontinente, levou para o Hospital João XXIII, que é no centro de Belo



Horizonte. Eu moro na periferia — chama-se Contagem. Então, meu filho foi levado. Um amigo meu me colocou no carro dele e tentou acompanhar a UTI Móvel. Ele falou: “*Oh, até 160 quilômetros meu carro consegue dar. Mais do que isso, eu não consigo acompanhar a viatura*”. Eu nunca vi um veículo tão grande que, graças a Deus, corresse tanto. O meu filho foi levado para o hospital. A minha mulher estava dentro da UTI Móvel, autorizada pelo médico. Quando o meu filho desceu, foram descer meu filho querido da ambulância, o médico era muito franzino. Fisicamente, ele aparecia, assim, até o tamanho físico de um rapazinho. E meu filho pesa mais de 100 quilos, é grande. Então, ele falou: “*Tem que ser o senhor para me ajudar, porque ele é muito grandão*”. Aí, eu ajudei o médico. O médico entregou à minha esposa aquela garrafinha com soro. Entramos — o médico, a minha esposa e eu — para dentro do hospital. Eu não sabia o que tinha acontecido. Só falava assim: “*Foi assalto. Foi assalto. Foi um negrão. Foi um cara grandão. Foi um crioulo assim, assado. Foi assim, assim, assado*”. E o meu filho lá, sem poder... com edema já cerebral, os olhos esbugalhados, o cérebro exposto, um buracão danado. E o médico falando: “*Oh, vamos fazer todo o possível, mas o senhor fique já predisposto a uma má notícia*”. E eu já estava dentro do hospital, respondendo a pergunta de V.Exa. Passado bastante tempo, não sei quanto tempo, aí chegou um cidadão empurrado numa maca. Ele era um negro forte, bem forte, 1 metro e 90 de altura. Estava de cueca. E ele estava com duas perfurações a bala no peito. E ele foi colocado na maca ao lado... na enfermaria, ao lado da maca do meu filho. E o meu filho, então, apesar de eu estar achando que o meu filho querido estava indo embora, estava morrendo, o meu filho percebeu a presença dele. E o meu filho, assim vesgo, meu filho olhou para ele. E eu senti que o meu filho estava me procurando. Aí, eu conversei com meu filho. Falei: “*Foi esse aí? Foi esse aí?*” O meu filho, num esforço sobre-humano, conseguiu falar. Falou: “*Eu lutei com ele e acertei 2 tiros nele*”. Meu filho se atracou com ele, conseguiu virar a arma dele e deu 2 tiros nele, com o próprio revólver.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O seu filho tinha porte de arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, o meu filho não estava armado. Atirou nele com a arma dele. Meu filho reagiu ao assalto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A arma do bandido?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Do bandido. É como se eu lutasse com um bandido aqui e tomasse a arma do bandido e o alvejasse. Meu filho, se defendendo, tomou o primeiro tiro no rosto. Queimou todo o rosto do meu filho de pólvora. O tiro foi dado a queima-roupa. Ele falou: "*O baianão mandou um abraço para você*". Foi com a mão na garganta do meu filho, deu o primeiro tiro e errou milagrosamente. Foi Deus, seu padre. Se o senhor me permitir chamar o senhor de padre, numa hora dessas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi Deus que salvou meu filho. Não foi ninguém que salvou meu filho, foi Deus, porque um tiro dado a centímetros da cara de uma pessoa... E a bala não acertou. O meu filho é lutador de *jiu-jitsu*. É um rapaz atleta, um moço saudável. Conseguiu... apesar de físico avantajado, conseguiu lutar com ele e conseguiu, ferido ainda, conseguiu disparar o revólver nele. E ele fugiu. Foi socorrido a quarteirões de distância de lá e foi levado pelo resgate. Deixou a arma dele escondida, que posteriormente foi localizada pela polícia, dentro de um batequim. A dona do bar foi ouvida e confirmou tudo isso, está certo? A arma dele foi localizada, foi encontrada e apreendida pela polícia. E meu filho estava no hospital comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o senhor matou, assassinou...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Infelizmente eu sou obrigado a confessar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi lá mesmo onde ele estava?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É porque eles colocaram... Ele estava lúcido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas foi dentro do hospital?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi dentro do hospital. Mas eu não invadi o hospital. Eu já estava lá quando ele chegou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu sei. O senhor matou dentro do hospital, não é?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso aqui. Foi o preso Ernandes Teixeira Paiva?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor. Assaltante "prontualiado", que tinha saído da cadeia em liberdade condicional.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Por assalto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outra coisa que eu queria ver com o senhor...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Havia um mandado de prisão preventiva por esse homicídio. Segundo a informação, esse mandado de prisão foi que levou também o Ministério Público e a Corregedoria da Polícia à casa do senhor para cumprir esse mandado de prisão. Mas eu queria... Além de homicídio, o senhor é também acusado de participação em chacinas. O que o senhor diz? Confirma ou nega isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu nego categoricamente. Eu nunca fui ouvido sequer como testemunha, como informante e nem como coisa nenhuma, de chacina nenhuma, participar de chacina.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor disse que deu tiro em 5 bandidos lá.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas isso não é chacina. Isso é legítima defesa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi feito inquérito policial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Mas o senhor, alguma vez, foi contratado para eliminar alguém?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Eu não sou pistoleiro, Sr. Deputado. Eu sou policial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu estou perguntando.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, e eu estou respondendo ao senhor com todo respeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não quero ofender V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor é acusado também de tráfico de armas. Nega ou confirma?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Absolutamente. Eu desafio qualquer pessoa que me acuse a provar que eu compro arma de A para vender para B.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também de atentado. Até atentado a bomba. O que o senhor diz disso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É outra coisa também. A pessoa que disse isso deve estar aqui para confirmar, porque eu... eu não tenho conhecimento. Eu não tenho cultura profissional para mexer com explosivo. Como é que eu vou mexer com bomba?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu sou um simples policial, com cargo de carcereiro. Se eu for mexer com explosivo aqui, vai achar meu óculos lá na portaria, meu sapato no banheiro. Eu vou explodir junto, porque eu não tenho conhecimento profissional para mexer com explosivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor também é acusado de tentar matar o detetive da Polícia Civil Ronaldo de Almeida Cruz.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso ocorreu mesmo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Esse detetive... Eu quero dizer ao senhor, com todo o respeito, se o senhor me permitir: esse marginal, travestido de policial, pistoleiro e ladrão e protegido, inclusive, do Dr. Paulo Bittencourt, da Corregedoria, que atuou como testemunha dele num processo de homicídio em que ele foi acusado — por isso é que eu quero mostrar para os senhores que eu estou sendo perseguido administrativamente —, esse marginal, com carteira de polícia no bolso, eu o denunciei, tempos atrás, em vários homicídios que ele praticou. Fui à Corregedoria. E não é a chamada X-9, alcagüetagem, não, senhor. Eu fui à Delegacia de Homicídios, fui à Corregedoria de Polícia, me apresentei para depor, depus e assinei embaixo. Ninguém faz isso. Eu fiz. Várias pessoas que ele matou, inclusive mais recentemente, eu declarei isso. Ninguém tomou conhecimento. Ele está envolvido na morte de um advogado em Belo Horizonte, que é o Dr. Nassib. Ele está envolvido no desaparecimento — o cadáver da pessoa não apareceu — de um inspetor de polícia. Se não me falha a memória aqui agora, o apelido dele é Vicente Pavão. Esse marginal, travestido de polícia, é



que passou essas informações caluniosas para o Deputado Durval Ângelo, que, infelizmente, por desinformação — não me conhecia —, acreditou. Para o senhor ter uma idéia, só para fazer um convencimento maior a V.Exa., esse Deputado Durval Ângelo, induzido enganosamente por esse “detetive”, entre aspas, esse bandido, Ronaldo Mata Papai, o Deputado, coitado, induzido, declarou na televisão que eu era, inclusive, autor do homicídio de uma de minhas esposas, que eu tinha matado minha esposa. Só que eu sou casado com a minha amada esposa — não a trocaria por mulher nenhuma — desde agosto. Estou fazendo aniversário de casamento; desde agosto de 1979 com a mesma esposa. Mas o Deputado foi para a televisão falar que eu tinha matado, assassinado a minha esposa, entre outros crimes. É porque ele foi induzido, ele foi enganado por esse bandido, pistoleiro, jagunço, matador de aluguel, que eu estou declarando aqui, sob a minha responsabilidade. Eu tenho calhamaços de denúncias que eu fiz contra esse marginal. E ele é protegido de pessoas de poder, de força na Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor fez uma denúncia contra o Delegado de Polícia Antônio Carlos de Farias e também o Superintendente-Geral da Polícia, Delegado Nilton Ribeiro, de que os 2 estavam controlando um negócio de máquinas caça-níqueis?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi como eu disse anteriormente, quando o Deputado me deu a palavra. Esses 2 Deputados... Eu consegui, inclusive, convencer o Dr. Nilton. Ele não é meu amigo. Esse que é dono da armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas eles, efetivamente, estavam controlando...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu nunca disse isso. Eu nunca os acusei. Eu nunca os acusei de ter envolvimento com caça-níqueis, com jogo de bicho. Quem fez isso foi esse bandido, esse Mata Papai. Ele estava com mais um, que morreu assassinado. Inclusive, esse Ronaldo Mata Papai foi para a porta do hospital inventar que eu teria matado esse Daniel José da Silveira, subinspetor de polícia. Esse Daniel José da Silveira e o Mata Papai é que são envolvidos com caça-níqueis, jogo de bicho e bingo. Então, quando apareceram essas... Isso foi o Ronaldo Mata Papai com o Daniel, que era vivo ainda e que dizia que eu estava denunciando esses 2 superintendentes de polícia; e que, inclusive, culminou com a perda do cargo deles. Eles foram exonerados do cargo. Eles foram



exonerados do cargo. E ele, maldosamente, para poder ver se acontecia alguma coisa comigo, ele imputou essas denúncias à minha pessoa. Eu nunca denunciei o Dr. Nilton Ribeiro, nunca denunciei o Dr. Carlos Antônio Faria de ter envolvimento com caça-níquel. Eu nunca fiz isso. Eu nunca fiz isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor costumava vender armas que o senhor possuía para outras pessoas?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Como eu já disse a V.Exa., eu não vendo arma. Eu não sou vendedor de arma. Embora estejam querendo fazer de mim um fornecedor das FARCs da Colômbia, eu não tenho arma para vender. Ninguém vai provar isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E uma nota fiscal, série D, em nome do senhor, referente à venda de um aparelho de choque, com manual de instruções? O que o senhor diz disso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, é um aparelhinho que é vendido comercialmente em Belo Horizonte. É uma arma voltada — nos Estados Unidos, inclusive — para defesa pessoal feminina. É uma armazinha de choque, que parece um alicate. O senhor talvez deva conhecer. É uma armazinha pequena. Por exemplo, se um engraçadinho, num elevador, tentar apertar uma moça num elevador, ela dá um choque na perna dele, para ela poder sair do elevador, uma coisa assim. É uma arma defensiva, vendida comercialmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas o senhor não tinha autorização para vender, não é?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas eu não vendo não. Eu tinha uma dentro da minha casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas essa, o senhor tem aqui uma nota fiscal de venda.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu... Eu não sou comerciante. Pergunto ao senhor: como é que eu ia vender uma arma de efeito defensivo feminino? Eu ia fornecer nota fiscal? Eu não sou comerciante não. Essa arma foi comprada por mim na loja. Custa 60 ou 70 reais. Parece um alicatezinho, voltado para defesa pessoal feminina.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E uma bengala, que também é proibida e que o senhor... Seria uma arma também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É um bastão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um bastão.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É também um instrumento defensivo, que é vendido comercialmente em qualquer casa de material esportivo e de arma de fogo, em Belo Horizonte. É um bastão para defesa. Ele é pequeno, retrátil. Aí, o senhor faz assim e ele cresce, para o senhor poder se defender.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu não conheço, mas, pelas informações...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas é vendido comercialmente. Não é proibido não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...da polícia, é proibido.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. É vendido comercialmente em qualquer loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tinha um que era um cano de calibre 12?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É isso que nós estamos falando.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É outra coisa também que eu pelejei para explicar, mas, durante a autuação em flagrante, o delegado não me deixava falar nada. Não deixou nem sequer eu ler o meu depoimento. Não deixou meu filho ler o depoimento. Então, eu não consegui explicar. Foi uma arma que o Dr. Alfredo Martins da Costa, quando trabalhava no DOPS, na época, no antigo DOPS, me deu de presente. É um cassetete. Ele é todo em alumínio. O punho se rosqueia da parte ali. Coloca-se um cartucho de gás lacrimogêneo calibre 11. Mas é gás lacrimogêneo. É no tempo, vamos dizer assim, do Governo Militar, da repressão política. Os policiais usavam aquilo em tumultos de rua. Tanto é um bastão para o policial golpear num confronto de rua, como também tem uma mola, que o senhor aponta aquela pseudo-arma; que aquilo não é uma arma. O senhor aponta para cima, puxa uma mola, ela dispara um tiro de gás lacrimogêneo, que eles chamam de *riot gun*, antitumulto. Não é uma arma para... É uma arma defensiva de uso policial, que me foi dada pelo Dr. Alfredo.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para concluir, Sr. Presidente, duas perguntas. Uma é: o senhor disse que foi espancado, torturado. Foi perguntado se foi feito exame de corpo delito. O senhor disse que foi. O senhor tem cópia desse exame?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu não tive acesso. E foi feito assim: eu fui preso e espancado às 4 horas da manhã, e o exame do corpo delito foi feito no outro dia. Mas tinha marca de algema, chute. O médico, na hora, detectou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, se foi até uma semana, pega. Marcas não saem num dia assim. Se tiver uma semana...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas foi feito exame, e o médico falou comigo que ia constar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, se o senhor diz...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...que foi algo forjado, se o senhor acusa o Corregedor, se o senhor acusa autoridades de forjarem um auto de prisão...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu não disse isso não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, mas o senhor disse que...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O que eu quis dizer para V.Exa., se o senhor me permitir... Eu me expressei mal, levei o senhor a engano. O que acontece é o seguinte... Eu quis dizer o seguinte: na apreensão, acharam as armas na minha casa, e existia um mandado de prisão contra mim. Só que o mandado de prisão preventivo... Têm delegados de polícia aqui e policial. A prisão preventiva é para evitar que o senhor fuja, que o senhor mate alguma testemunha ou ameace alguma testemunha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor disse o seguinte: que tudo isso foi uma montagem para vinculá-lo...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Um pretexto para me prender, porque eu sou irmão do contador Marco Aurélio Prata.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, foi isso aqui. Se, de fato, tudo o que fizeram foi uma coisa forjada, montada, por que o senhor não entrou, através de seus advogados, com uma ação contra essas pessoas por calúnia, injúria e difamação?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu informo ao senhor e a todos que estão me ouvindo que, depois, eu tenho certeza de que eu vou provar que nada do que estão me acusando é verdade, na hora em que eu tiver oportunidade de fazer isso. Porque eu prenho o senhor, levo o senhor para um presídio, solto o senhor lá dentro, o senhor vai fazer o quê? De que modo? Igual ao que eu informei ao Deputado aqui: eu estou precisando atualizar a minha ficha cadastral de servidor público para que meu cheque não seja cortado. Eu não consegui. Ninguém quis me tirar da cela para me levar para eu renovar o meu cadastro como servidor público. Como eu vou conseguir fazer petição? Eu pretendo brigar pelos meus direitos depois que me for dada a oportunidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só quero dizer que eu, que tenho uma atenção especial pela ação do Ministério Público, que tem feito um trabalho excelente, e também pela ação da Polícia Federal, que tem sido responsável pelo combate ao crime organizado, às fraudes, à corrupção e à sonegação, eu me nego a aceitar que essas instituições pudessem montar ou forjar alguma coisa. É claro que o senhor vai ter o direito de defesa. E é claro que, quando a gente é acusado, a gente procura sempre se defender. Agora, a verdade irá aparecer depois de toda a investigação, certo? E é claro que cada um de nós, no momento em que a gente é acusado, a gente tem a meia verdade nossa, não é? Com a meia verdade do outro, o importante é que a gente encontre a verdade, para que as pessoas...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu quero dizer ao senhor, se o senhor me permitir, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - ...que eu não tenho nada contra o Ministério Público e não tenho nada contra a Polícia Federal. O que aconteceu comigo foi um fato isolado. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: na tentativa... na tentativa de se apurarem crimes aí de negócio de mala, carregar dinheiro, levar dinheiro, tentaram me pegar para ver se eu sabia de alguma coisa. E usaram esse argumento. Eu não estou questionando isso. Estou dizendo que me prenderam não foi por nada. Não foi por causa do bandido que morreu. Um ano e tanto já havia se passado. Eu não ameacei nenhuma testemunha, não atrapalhei as investigações. Eu não mudei sequer de endereço, nem de telefone residencial, nem nada. Eu não fiz nada que tivesse o perfil de pessoa que precisa ser presa



preventivamente, mas fui preso um ano e tanto depois. É o que eu estou dizendo para o senhor. Eu não tenho nada contra as instituições. Não tenho nada, absolutamente nada contra. Estou dizendo o que aconteceu, no caso específico, comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu só tenho a certeza, Sr. Presidente, de que as investigações não pararam. Elas continuam. E, a partir do momento em que nós tivermos os resultados de tudo isso, a verdade virá à tona e, com certeza, nós teremos. E a CPI também vai continuar investigando para saber onde está a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...porque é isso que nós queremos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero informar também que o Deputado Luiz Couto e eu fazemos parte também da outra CPI também, do mensalão. Essas notas fiscais que foram encontradas lá na sua casa, como é que elas foram parar lá?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Conforme eu já informei, a Polícia Federal foi me ouvir no presídio onde eu estava — lá no CERESP da Gameleira. A Polícia Federal foi lá. Salvo engano, delegado, o rapaz chama-se Dr. Ricardo Teixeira, um jovem delegado de polícia, muito educado, me tratou muito bem, com um escrivão grandão, forte. Eles estiveram lá me ouvido. E eu expliquei para ele e reafirmei aqui as explicações que eu já dei anteriormente a ele. O que eu disse a ele foi o seguinte: o meu irmão... O carro... Não sei de onde ele estava vindo ou para onde ele estava indo. O carro dele deu um problema na parte elétrica. E eu moro próximo ao Carrefour de Contagem. E esse Carrefour é numa BR, na BH—São Paulo, na 381. Então, ele me telefonou e me falou: *“Desce aqui. Têm umas coisas aqui no carro que eu preciso que você guarde para mim, porque meu carro deu uma pane, deu um problema”*. Então, eu desci até lá. Ele falou: *“Olha, eu estou com uma pasta aqui”*. E vou dizer para o senhor: eu não sou idiota, eu tenho televisão em casa. Então, eu perguntei para ele: *“Escuta, isso aí é a respeito daquela confusão que está acontecendo aí”*? Eu estava acompanhando, via Direct TV, na minha casa, todo dia, os trabalhos da... aquele Deputado Roberto Jefferson... E conhecia quase os senhores todos aí pela televisão, acompanhando e tudo. Então, ele foi e falou:



“Olha, é do mesmo trabalho meu, mas não tem nada a ver com aquilo. Não são coisas inidôneas. Você pode guardar lá na sua casa para mim. Depois eu pego lá. Depois eu pego lá”. São documentos contábeis, umas pastas. Acho que se chama pasta-arquivo. Eu não sei como é que é. E... São algumas caixas. Eu fui, coloquei no meu carro e perguntei: “Onde que guarda isso?” “Não, pode deixar lá no quintal da sua casa, onde você quiser”. Eu moro numa casa humilde, mas tem um quintal grande. Eu deixei no quintal. E ficou lá por vários dias. Não abri, não sei o conteúdo, não sei o que tinha lá dentro. Eu guardei uns documentos contábeis, que o meu irmão pediu para que eu guardasse. É o crime que eu sou réu confesso perante o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que pegou fogo isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu não coloquei fogo em documento algum. Nem eu e nem nenhum membro da minha família. Nós não queimamos nada. Eu informo ao senhor o seguinte: tem uma mesa de pedra, ardósia, rusticamente feita, na minha casa, do lado de uma churrasqueira velha. Ela é quase do tamanho dessa mesa. Então, as caixas, eu coloquei enfileiradamente, assim. Dá quase que daqui até lá. Então, se fosse para eu destruir, se meu irmão tivesse me mandado destruir alguma coisa, se eu quisesse destruir alguma coisa, ocultar alguma coisa, eu tinha destruído tudo que estava lá. Em primeiro lugar, também, não dentro da minha casa. Mas, ainda que fosse fazer alguma coisa errada dentro da minha casa para ajudar o meu irmão, eu teria destruído tudo. Ficaram lá. Ficaram ao relento. A Polícia, quando chegou, o Procurador de Justiça estava lá. Ele achou lá, junto com a Polícia. Ele pode confirmar ou desmentir.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o Deputado Moroni Torgan perguntou como é que pegou fogo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas ninguém... Eu não sei se pegou fogo. Eu, pelo menos, depois na Polícia Federal. O senhor é um delegado de Polícia Federal, o senhor pode olhar o meu depoimento lá, pedir o meu depoimento. Eu não queimei nada. Se queimou, foram outras pessoas. Eu e gente da minha família não queimamos, porque não havia por quê. O meu irmão disse: *“Olha, são documentos meus. Guarde aí, que depois eu vou pegar”*. E ficaram na minha casa. Eu declinei o nome do meu irmão, que é o contador Marco Aurélio



Prata. Ele é quem tem de fornecer essas informações desses documentos. Os documentos não são meus.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Deputado Moroni, ficou a interrogação. O senhor recebe uma documentação de um escritório de seu irmão, leva, guarda na sua casa documentação de escritório, que estava nas caixas. O senhor sabia que eram pastas e arquivos. O senhor sabia que era isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor guarda lá no quintal da sua casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Guardei, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor não deixou ao relento?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, ficou no quintal, ao relento, sim, senhor, porque ele falou que era coisa que não tinha importância.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, era para ter molhado, porque deve ter sido no período...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, tem coberta. E ele falou que não era coisa... que não tinha problema.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, não ficou ao relento. Ficou debaixo da cobertura.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois é, mas é no quintal.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ficou debaixo da cobertura. Então, estava guardado, protegido do tempo: da chuva, se viesse; do orvalho da madrugada.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Nem isso, doutor. Nem isso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Vou lá na frente. Aí, esses documentos pegam fogo. Dentro da sua casa, esses documentos, entregues pelo seu irmão, que o senhor ama tanto, como o senhor falou aqui... seu irmão, que o senhora ama tanto.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Gosto muito dele.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor falou, inclusive, que assume até uma porção de coisas de errado, porque o senhor que fez. Então, esse documento pega fogo na sua casa. Aí, o senhor... Não foi ninguém da sua família...



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não é do meu conhecimento que nenhum documento pegou fogo na minha casa. Eu não pus fogo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas como é que o documento não chegou lá queimado e depois apareceu queimado?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu fui preso, Sr. Deputado. Eu fui preso. Eu fui levado embora com meu filho. Eu não fiquei sabendo o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Esse documento não apareceu queimado depois. Foi aparecer queimado no ato da prisão. Não foi isso? Não foi isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Foi esse fato. Não foi isso?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O senhor está afirmando...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - No ato da sua prisão. É o que está escrito: que, no ato da prisão, os documentos apareceram queimados.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Está certo, mas eu não queimei nada. Eu não queimei nada.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Deputado Moroni, o senhor me dá uma licencinha. Outra coisa: por que o senhor tinha um rádio...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ...um rádio transmissor, na faixa da Polícia Militar, dentro do seu quarto?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Vou informar ao senhor. Vou informar ao senhor. Eu fiz, porque eu gosto dessas coisas. Como eu disse ao senhor, eu sou um policial apaixonado pela minha função. Sempre gostei de ser policial. Sempre me orgulhei muito disso. E sempre gostei também de radioamadorismo. Eu sou radioamador de classe iniciante. Mas eu sou rádio amador. Fiz concurso, me preparei. Eu não fiz, por exemplo, telegrafia por causa da surdez muito acentuada. Aquilo é muito difícil, tem que ter um ouvido apurado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Está bem, Sr. Marco Túlio, mas eu não queria saber dessa história, não. Eu só queria saber por que o rádio...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Porque eu sou radioamador e tenho direito de ter um radioamador dentro da minha casa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Na faixa da polícia?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Eu vou explicar ao senhor. O radioamador não pode, por lei, interferir nas comunicações de segurança pública. Mas tem um negócio que se chama radioescuta, que, pela legislação vigente, se não mudou, do Ministério das Telecomunicações, o senhor pode ouvir comunicações. O rádio não é um rádio especial, não é um rádio para contactar com quem quer que seja, de organização criminosa, não é nada disso. É um rádio VHF.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas o senhor pode acompanhar as operações da polícia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O senhor pode escutar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor pode acompanhar as operações da polícia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O senhor pode escutar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não, a pergunta não é escutar. O senhor pode acompanhar...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Fazer radioescuta das operações da polícia, respondendo ao senhor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor pode acompanhar as operações da polícia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Se a legislação não mudou, eu tenho direito de fazer radioescuta.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Nós vamos ver isso mais lá na frente.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O radioamador não pode interferir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Prata, eu estive ouvindo o senhor aqui todo esse tempo e vou lhe fazer uma análise franca de tudo o que eu ouvi. Uma análise baseada, pautada naquilo que nós ouvimos. Vi franqueza sua no amor à sua família e tudo, o que é bonito...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É verdade, é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...o que é bonito. Acho que foi franco. Deixa muito a desejar a sua versão sobre quem lhe teria deixado as armas, a partir do momento em que eles morreram todos...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi o Dr. Travassos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas aí fica muito a desejar, porque as duas versões... Nós somos policiais. Nós sabemos que tem como confirmar. Se eles lhe deixaram as armas, os parentes deles vão dizer que eles tinham essas armas e lhe deixaram. Só que, coincidentemente, são as armas que foram raspadas e as armas com silenciador e mira telescópica. Olha, arma com silenciador e mira telescópica... Eu não sei o que faz um policial com uma arma dessas, a não ser que ele seja do grupo de elite, de prática de tiro ou coisa parecida.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Porque arma com silenciador e mira telescópica é arma de bandido. Eu estou lhe falando de polícia para polícia.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas tem gente que gosta de caçar, dessas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas com silenciador para caçar? Silenciador para caçar não existe. Nunca vi caçador usar arma com silenciador. Isso, para mim, é arma de bandido, compreendeu? Estou lhe dizendo... Estou lhe sendo franco na análise, com todo o respeito.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Estou ouvindo o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou dizendo que vai ter como a gente ver. Quer dizer, os familiares desse que morreu e não pode mais se defender, eles vão dizer se ele tinha arma raspada ou não. Eles vão dizer se essa arma, um dia, ficou... Porque ficou uma coincidência muito grande: todo mundo que morre deixa arma na sua casa. Então, é complicado. Quatro morreram e deixaram a arma na sua casa.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O Dr. Travassos não morreu, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou então eles são azarados para caramba.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas eu também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cada um que deixa a arma na sua casa morre depois.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Pois é, mas eu quero argumentar com o senhor, se o senhor me permitir: se a pessoa faleceu, eu não tenho culpa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei, e nem estou dizendo que o senhor tem culpa.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou falando do azar. É um azar desgraçado: o cara deixou arma na sua casa, daqui a uns dias está morto.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Agora, o senhor vê... O senhor quer um azar maior do que eu ser irmão do contador do (*ininteligível*) do mensalão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O senhor quer um azar maior do que esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Maior é desses aqui, que morreram. O senhor continua vivo. Então...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não é muito azar o senhor ser irmão do contador, não, porque o senhor foi lá na BR BH—São Paulo para receber o seu irmão, que estava trazendo uma caixa de documentos da DNA. Então, não é muita coincidência nem muito azar, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, vamos lá. Eu estou...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu quero... se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Veja que as duas armas: uma arma raspada... Arma raspada, imediatamente, era para ser entregue na polícia. Qualquer policial. Arma raspada...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu fiquei com medo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Arma raspada, quem usa é bandido. Também não existe... Eu não conheço policial que use arma raspada.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se usar, para mim é bandido.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu também não uso, não. Mas eu também não uso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se usar, para mim é bandido.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu fiquei em apuro com aquilo, sem saber o que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Jogava no mar, no rio, na lagoa, não sei.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas aí pode cair em mão errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qualquer coisa assim. Fazia qualquer coisa, mas não ia ficar com arma raspada dentro de casa.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Se o senhor me permitir... Se o senhor me permitir, eu queria argumentar com o senhor. Eu queria argumentar com o senhor, se o senhor me permitir, sem querer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - ...ser mal-educado com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou lhe colocando as minhas dúvidas.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu quero informar ao senhor... Na França e na Inglaterra, por exemplo, como as cidades são muito próximas umas das outras, para fazer caça de pequenos animais, inclusive, são vendidas em lojas de material esportivo armas com silenciadores, justamente para não causar distúrbio de estampido de tiro, essas coisas. O silenciador é usado para caça também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas nós estamos em Minas Gerais, no Brasil, Sr. Pratinha.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, estou dando um exemplo para o senhor, porque o senhor entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não estamos longe, não. E eu nunca vi caçador aqui usar arma com silenciador. Pode falar, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Presidente, obrigado. Sr. Marco, a arma que o senhor disparou contra esse suposto bandido ou ladrão era arma de quem?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - A arma... Na hora... eu não estava armado. O senhor diz o episódio do hospital, onde o bandido baleou meu filho?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - É isso aí.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - No dia, eu não estava armado. Na hora, naquele momento, eu não estava armado. Então, quando eu estava dentro do hospital, o pessoal do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então foi outro dia, não foi naquele dia.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, na hora do... Quando eu pratiquei o homicídio, eu não estava armado. Eu vou explicar ao senhor por quê. Eu estava acudindo o meu filho. Eu estava saindo para trabalhar, quando o telefone tocou, me chamando.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - De quem era a arma? De quem era a arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Hein?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - De quem era a arma?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - A arma, eu tirei de um policial militar que...

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Ah, o senhor tirou?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Tirei.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Assim...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O policial militar tentou me botar para fora: "*O senhor não pode vir aqui. Eu estou com muito dó do senhor, mas o senhor tem que sair. A Direção do hospital está preocupada, e tal*". Eu fiquei completamente transtornado. Ele estava com o colete da Polícia Militar, e o revólver depositado aqui. Mas estava desabotoado. Eu fiquei completamente transtornado. Puxei a arma do policial e atirei contra o marginal. Eu não estava armado no momento.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Só mais uma... Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Esse Deputado... me parece que o senhor até, apesar de o senhor ser bem articulado e...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - ...frio, o senhor falou com uma certa emoção desse Deputado que caluniou o seu casamento. O senhor pensou em eliminá-lo?



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Em primeiro lugar, eu não acho que o Deputado me caluniou. Como eu disse — talvez eu tenha me expressado mal —, esse Deputado foi enganado por esse policial bandido, esse Ronaldo Mata Papai.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas o senhor pensou em eliminá-lo?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu nunca falei uma coisa dessas. Eu nunca faria uma coisa dessas. O senhor é um Deputado. Eu peço ao senhor que se coloque no meu lugar. Ameaçar um delegado, como eu teria ameaçado, um deputado, um coronel, um juiz, isso... Não existe uma coisa dessas. Não existe uma coisa dessas. Eu nunca fiz isso. Eu disse para o senhor o seguinte: ele, induzido, enganado, levado a erro, chegou a falar na imprensa que eu tinha assassinado a minha... uma das minhas esposas — como se eu tivesse mais de uma. Só que eu sou casado com a minha primeira e única esposa, minha primeira namorada, que é minha esposa amada até hoje. E vai morrer comigo, se Deus quiser. Está passando por tudo isso, carregando essa cruz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Pratinha, vamos... Outra, aqui.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aquele atentado que tu sofrestes, tu atirastes neles a que distância mais ou menos?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Quando o senhor diz... é do tiroteio com os bandidos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Com 5, assim, que o senhor disse.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi na porta da minha casa. Eu tive o trabalho de medir. Eu estava a 8 ou 10 metros de distância, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Oito ou 10 metros?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É. Eu atirei neles todos de espingarda 12.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aquela de repetição?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, a *pump action*. Todos eles foram feridos. Nenhum deles apareceu em hospital nenhum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, eu sinto muito, isso é outra coisa que fica difícil de eu acreditar. Como é que o cara toma um tiro de 12, a 8, 10 metros, na cara, e sai caminhando? Esse era para deitar na hora.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu informo ao senhor que foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse era para deitar na hora. Se eu dou um tiro de 12, a 8, 10 metros, eu arranco a cabeça do cara.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - A mesma espécie que causou ao senhor causou a mim também. E não entraram em hospital nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E os 5 saíram caminhando, com tiro de 12 na cabeça?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Saíram correndo. É. Saíram correndo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tiro de 12 na cabeça, morre... Não tem...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - E informo ao senhor o seguinte: foram dezenas de viaturas da Polícia Militar para a porta da minha casa. Foram feitos BOs — Boletins de Ocorrência —, foi feito inquérito policial, com testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu digo que não tem como. Ou o senhor tem alguma versão errada aí...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o senhor dar um tiro de 12 na cabeça de uma pessoa, a 8,10 metros, arranca a cabeça da pessoa.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu tenho como comprovar para o senhor a hora em que o senhor assim desejar, porque foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, desse jeito que o senhor falou... Se fosse um tiro de socadeira, eu ainda...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aquela socadeira de matar rolinha, ainda dá para acreditar que deu um tiro, acertou a cabeça, pegou um ouvido, pegou alguma coisa...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Certo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, tiro de 12? Aqui, o Deputado Reginaldo Germano foi policial.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas aí... Mas aí eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tiro de 12, a 8 metros, tem como não arrancar a cabeça do cara?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas foi feito Boletim de Ocorrência. Foram feitos Boletins de Ocorrência. Não sou eu que estou dizendo. O senhor, com o poder e a autoridade que tem, se o senhor... Tenho certeza de que, se o senhor mandar verificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem alguma perícia dizendo que o senhor deu tiro de 12, a 8, 10 metros, na cabeça, e que o cara saiu caminhando?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Para o senhor ter uma idéia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou botar num quadro, no meu gabinete, essa perícia.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Deputado Moroni, vou comparar a versão que o senhor está falando com um fato verídico, no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, no Morro de São Carlos, um amigo que eu tinha, policial, com uma 12, e um marginal com uma pistola 45. Os 2 em um beco. Ele saiu do beco, botou a 12, só botou a 12, e atirou e acabou o fato.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor, mas eu...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A uns 10 metros de distância. Acabou, acabou. Por que acabou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela vai abrir meio metro... Ela acaba com o cara.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas não sou eu... O senhor, com a autoridade que o senhor tem, o senhor pode... Se o senhor se interessar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, mas eu estou dizendo onde tem dúvida do negócio.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas é impressionante mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, eu achei...



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu tive o trabalho de procurar em vários hospitais e não achei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu achei...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quantos tiros o senhor deu?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu dei 5 tiros. Acertei 5 marginais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Foi feito perícia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas nenhum desses ia estar no hospital não, Pratinha. Ia estar no cemitério.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eles saíram... Pois eu informo ao senhor que eles saíram de lá... Eu não tenho como fugir e mentir, porque o senhor pode mandar verificar. E o senhor vai achar o Boletim de Ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, Boletim de Ocorrência pode acontecer. Agora, dizer que deu um tiro de 12... Então, os policiais são todos analfabetos também, porque tiro de 12 na cabeça...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Cinco tiros em 5 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para 5 pessoas, e tudo na cabeça. Quer dizer...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É no rosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sobra alguma coisa, tiro de 12 no rosto?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas virou realmente, Sr. Deputado. Viraram realmente. Só que eles foram embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Virou peneira, ele deita. Ele não tem como andar. Só se fosse zumbi de outro mundo ou coisa parecida.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Tiveram vários veículos danificados, várias testemunhas que presenciaram. Então, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu digo que alguma coisa não bate aí. Ou o tiro de 12 não foi na cabeça, ou não foi de 12, ou então eles não levaram tiro. Porque não tem como...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, mas tem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...levar um tiro de 12 na cabeça e sair andando...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - O tiro foi na porta de uma fábrica de biscoito, e tinha muita gente, Sr. Deputado. Tinha muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é. Mas não tem como levar o tiro. Então, o senhor não acertou os tiros nos caras, e eles saíram...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Tinha muito sangue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...e eles saíram correndo aí.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu respeito a opinião do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é um negócio difícil. Eu digo, pela experiência que a gente tem no manuseio dessas armas: é um negócio difícil de acreditar. Outra coisa: o seu irmão deixou os documentos lá e não foi pegar mais?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ele falou: *"Pode deixar lá, que depois eu..."* Eu depois isso na Polícia Federal. É fácil o senhor me desmentir. Eu depois isso para o Delegado Ricardo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fala mais perto do microfone.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Desculpe. É falta de costume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É claro.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Dr. Ricardo Teixeira. Então, eu depois isso. Ele pediu para eu guardar. Eu guardei, está certo? Eu não queimei documento nenhum. Se foi queimado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu lhe explicar. Também pode acontecer o seguinte: o senhor estar com todos os documentos e ter queimado aqueles que interessava a eles.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, mas eu não queimei nada não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aqueles documentos que poderiam indicar um caixa 2, que poderiam indicar alguma coisa, ou nota fria.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não faria isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, deixa as notas quentes e queima as notas frias.



O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não faria isso. Ele não me pediu que eu queimasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu só estou dizendo as suposições que podem ser...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Perfeitamente. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como pode ter acontecido... Agora, é difícil ter pegado fogo nos documentos sem o senhor saber, porque fogo em papel dá uma fumaceira louca, o senhor sabe disso. E, dentro e do lado de casa, tem que se perceber isso.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas ninguém na minha casa, muito menos eu, meu filho, minha esposa, nós não fizemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque fogo em papel pega logo, dá uma fumaceira, a coisa mais louca.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A não ser que houvesse ali notas da DNA para o senhor, não é?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para ele, eu não acredito. Mas é uma possibilidade.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sr. Deputado, eu quero lembrar ao senhor, se o senhor me permitir, com todo o respeito que o senhor merece da minha pessoa... Eu sou um homem que, para mim, a presença de V.Exa... Eu arranjei um terno emprestado. Eu não tenho participação. Se eu tivesse envolvimento nisso, eu seria um homem, no mínimo, abastado. Eu sou um homem pobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Pratinha, eu quero dizer outra coisa: o seu início do depoimento, a sua exposição inicial assustou um pouco esta CPI. O senhor foi muito...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...foi muito naquele negócio de que "eu vou prender, eu vou arrebentar, eu mato mesmo, não sei o quê". Porque...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Se eu me expressei assim, eu peço desculpas. Eu quis dizer que...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque eu acho que o policial tem de estar pronto para prender, não é para matar. Entendeu?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu não estou pronto para matar, doutor. O que eu quis dizer para o senhor, e peço o seu perdão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou dizendo que ficou essa impressão, no início.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu não quero que o senhor tenha essa impressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eu não quero deixar passar isso, porque, de repente, parece que tudo quanto é policial quer matar bandido, quer liquidar, botar no paredão ou algo parecido. Não. A polícia se diferencia dos bandidos justamente para isso.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A polícia está lá para prender. Em legítima defesa, tudo bem. Vai acontecer, muitas vezes. Vai acontecer homicídio. Vai bandido morrer, como morre policial também. E, entre um policial e um bandido, eu prefiro que morra o bandido. Eu só quero dizer que o modo como o senhor entrou na CPI foi um modo, assim, que assustou os Deputados, falando com os Deputados, no momento em que o senhor disse: *“Não, eu mato mesmo, eu não tenho...”*

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu quis dizer, perante o senhor e os senhores, o seguinte: que eu sou uma pessoa... eu sou um pai muito apaixonado pela família, e viver o drama que eu vivi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, para mim, por exemplo, eu não tenho contestação nenhuma. Essa sua paixão pela família, inclusive, foi o lado que lhe causou admiração.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Posso lhe dizer, por todos aqui, que nós temos o maior respeito por isso. E não interessa bandido, polícia. Os familiares, muitas vezes, não têm nada a ver...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Como não tiveram e atiraram no meu filho por vingança.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E como tem bandido que tem familiares que são pessoas de bem. Têm pai e irmão que sofrem, inclusive, por esse fato. Então, isso a gente separa muito. E isso foi a parte...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu quero implorar ao senhor para tirar essa má impressão que eu causei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso foi a parte positiva do seu depoimento.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu imploro ao senhor para tirar essa má impressão, porque não foi a minha intenção isso, não. É só, realmente, fruto da emoção, porque eu estou muito abalado psicologicamente. Não é brincadeira a gente ficar preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor foi muito bem num ponto. Veja que o senhor concatenou o seu depoimento. Primeiro, as armas que poderiam mais lhe complicar estão na mão de pessoas que já morreram. Não vai ter como.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, são só duas que são de calibre privativo de polícia. O resto são armas civis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas veja que arma com silenciador não é permitido não, compreendeu?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não é do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Arma com silenciador, de longo alcance. Arma... Porque silenciador não tem uso. Qual é o uso que tem para a pessoa comum um silenciador? Nenhum.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas a arma não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor diz que não é sua, mas estava com o senhor.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Estava sob o meu domínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E não tem nenhum documento mostrando que seja de outra pessoa. O senhor, para dizer que não é sua, tem de ter algum documento dizendo que é de outra pessoa.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas, se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque senão vai ficar muito fraca a defesa. Estou lhe fazendo uma análise sincera. Quer dizer, o senhor



dizer: essa arma pertenceu ao fulano de tal, que faleceu. Compreendeu? Tudo bem, só que ninguém vai acreditar que a arma era do fulano de tal, porque o senhor não está mostrando um recibo, não está mostrando uma nota no nome do fulano de tal. O senhor vai ter que ir atrás de testemunhas que digam que era do fulano de tal.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas as armas que estão lá, doutor, a maioria delas tem registro em nome de pessoas que deixaram comigo. É só chamar essas pessoas e essas pessoas vão explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tive conhecimento de que 3 armas tinham registro e as demais eram todas sem registros. Foi o que chegou ao conhecimento. Eu não estou aqui para condenar...,

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...eu estou aqui para fazer uma análise fria do negócio. Eu nunca lhe vi na vida, não sei.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou tentando fazer uma análise fria e tentando chegar na verdade. O que nós queremos é isso. Para finalizar, eu quero só uma coisa: tráfico de armas. Como é que é feito em Minas Gerais, o senhor tem idéia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não tenho a menor idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não estou dizendo como traficante. Estou dizendo como experiência de policial, por exemplo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. A gente ouve falar na televisão. Eu vou informar ao senhor como cidadão e espectador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Colegas, por exemplo: *“Olha, aqui em Minas Gerais o pessoal está trazendo armas para o fulano. Nós estamos fazendo uma operação para ver se derrubamos”*.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu, de coração, não tenho essa informação, porque eu não mexo com tráfico de armas, não conheço traficantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu queria lhe dar a oportunidade, se tivesse...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Claro. Se eu conhecesse pessoas que mexem com o tráfico de armas, eu seria um bandido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, mas o senhor pode conhecer pessoas que combatem o tráfico de armas.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu não conheço também. Nem assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque é o outro lado da moeda. Eu não estou lhe fazendo nenhuma armadilha.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Perfeitamente, eu estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor é um policial aposentado, que conhece há muito tempo as nuances da Segurança Pública de Minas Gerais, e eu estou perguntando se o senhor tem...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Está certo. Eu, inclusive, quero informar ao senhor que eu tenho, inclusive, amigos na Polícia Federal em Belo Horizonte, e nunca aconteceu — que é uma matéria específica da Polícia Federal, o combate ao tráfico de armas, drogas, essas coisas; são atribuição da Polícia Federal —, nunca aconteceu de eu conversar com 1 agente, ou 2, ou uma dúzia de agentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para saber de alguma coisa.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - ...que eles falassem uma coisa dessas. Também seria aético da parte deles ficar falando isso. Isso é uma coisa profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor que não gosta de bandido, quais são as organizações criminosas que atuam em Minas Gerais?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Para mim, bandido é bandido, é bandido que assalta a sua esposa que vai na padaria comprar pão de manhã, e é o bandido que vai no banco assaltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu também não gosto de bandidos, mas, até pela minha função, eu já sei de várias organizações criminosas que atuam no Brasil.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - A gente ouve falar na televisão em Comando Vermelho, PCC, essas coisas assim, mas é como espectador de rádio e



televisão. Eu não tenho nenhum grão de areia em termos de informação para falar sobre essas coisas. Não tenho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não tem?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sobre essa questão do Marcos Valério, tem alguma coisa que o senhor queria acrescentar?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É o que eu disse na Polícia Federal e vou repetir para V.Exa. aqui: o contador do Sr. Marcos Valério é o meu irmão Marco Aurélio Prata. Então, com todo o respeito, eu quero informar e pedir ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor sabia de alguma coisa que acontecia lá? Seu irmão lhe comentou alguma vez: “*Olha, o Marcos Valério de repente começou a ficar rico*”.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Esse tipo de coisa, não. Quando começou a acontecer de aparecer na TV Câmara, TV Senado e que eu comecei a ver na televisão, aí a gente começou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor começou a se preocupar, porque o senhor sabia que o seu irmão era o contador dele.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Em princípio, eu nem atinei. Depois eu vi que ele era o contador. Aí, eu fiquei preocupado. Falei: “*Olha, cuidado, isso vai acabar esbarrando em você*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vê se você fez tudo certinho aí para não...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - (Riso) Isso aí que o senhor está dizendo eu nunca disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas é o normal. Se fosse meu irmão, eu diria: “*Olha, revisa tudo aí para ver se você fez tudo certo. Para ver se não vai pagar nada aí*”.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Inclusive o delegado da Polícia Federal, Dr. Ricardo Teixeira — que me perdoe se eu estiver dizendo o nome errado — ele falou comigo: “*Não, o seu irmão é muito bom contador e tudo e tal. É um verdadeiro, vamos dizer assim, ‘perito contábil’*” — foi o termo que ele usou. Não sei se foi um improviso dele ou se existe esse cargo. Aí, ele falou: “*Não, seu irmão é*



muito bom contador e eu preciso que você me ajude..." — o senhor pode confirmar isso com ele. "Eu só preciso que você me ajude a ..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu diria para o meu irmão: "Vê se tem alguma coisa errada para consertar logo". Se não tem, pode ficar tranquilo.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Inclusive tem uma conversa minha com o meu irmão no telefone. Passou até no *Jornal da Globo*, eu vi lá no presídio, eu xingando meu irmão no telefone. Eu falei: "*Escuta, onde é que está sua mulher? Onde é que está você numa hora dessas? A Polícia Federal está lá no seu escritório. Onde está sua esposa?*" E ele: "*Não, ela está lá na outra casa*". A casa a que ele se referia é um depósito de material de construção que ele tem e que foi, inclusive, também objeto de investigação da Polícia Federal. Eles foram lá também. Eu falei: "*Então manda a sua esposa, a sua mulher, lá na outra casa onde ele não está e vê o que está acontecendo lá. A Polícia Federal está lá. Eles não são bobos, não, uai! Está acontecendo alguma coisa*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí quando o senhor soube disso, o senhor ligou para a Polícia Federal, para o seu irmão, para dizer: "*Olha, eu tenho as notas fiscais aqui que podem ser...*" Aí o senhor falou alguma coisa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, quando a Polícia foi ao escritório do meu irmão, eu fui lá na hora, porque eu fiquei preocupado, às vezes o meu irmão tá lá, vai ser preso....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí o senhor informou à Polícia que tinha mais documento na sua casa lá?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Não tinha nada na minha casa nesse dia, não. Não tinha nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tinha nesse dia?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não. Aí, eu conversei com o delegado, que se chama Dr. Domingos, um senhor calvo, baixinho, moreno, muito educado, que me tratou muito bem, expliquei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então foi depois disso que foram parar os documentos na sua casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, dias depois é que meu irmão pediu para guardar os documentos lá. Mas eu não...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí eu xingava o meu irmão.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu perguntei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí eu xingava: “*Vem cá, tu estás querendo esconder documento, que a Polícia Federal está procurando, lá na minha casa?*” Eu xingava o meu irmão. Eu diria: “*Vai esconder no raio que o parta. Bota onde tu quiseres, só não vem em botar na minha casa, onde está minha família e tudo*”. Até em respeito a minha família eu iria dizer: “*Meu amigo, não vem trazer documento ruim aqui para esconder na minha casa*”.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas eu estou dizendo para o senhor apenas corroborando o que eu já disse à Polícia Federal em depoimento. Eu disse para ele: “*Isso daqui tem algum problema?*” Ele falou: “*Não, não tem problema. Pode guardar lá para mim, que o meu carro enguiçou e isso não pode ficar na rua, são documentos meus*”. Eu disse isso em depoimento, o senhor vai ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas aí ficou ruim também.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não fiz nada. Eu, no meu entendimento, não fiz nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ficou ruim porque eu diria: “*Meu amigo, a Polícia Federal procurando todos esses documentos e você quer que eu bote lá na minha casa, você é doido?*”

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Deputado Moroni Torgan, e logo depois esses documentos aparecem queimados!

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Eu gostaria de perguntar também para ao senhor — já na intimidade — Pratinha.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Fique à vontade, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - O senhor gosta muito de espingarda 22. Como é que foi aquela história do Faninho? Como é que foi a execução do Faninho? Foi na sua residência?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não tenho a menor idéia.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não tem?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Estão tentando imputar a mim coisas que eu não fiz. Eu quero dizer ao senhor que gosto de



qualquer arma de qualquer calibre. Eu acho bom, acho bonito. É saudável atirar, praticar tiros. E não... não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Mas o senhor atirou da sua casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu não atirei. Em quem? Eu não estou entendendo a pergunta.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - No Faninho?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. O senhor vai desculpar. Eu não atirei em ninguém, não.

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Não atirou?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Caso eu seja acusado de algum crime...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é esse Faninho?

O SR. DEPUTADO JOVINO CÂNDIDO - Era um vizinho dele.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, não era um vizinho, não, senhor. Se caso eu for acusado de algum crime, alguma coisa, tenho certeza de que vou ter o direito de me defender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Claro. Todas as acusações têm de ter o devido processo legal nesse sentido.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Deputado Moroni, o Deputado Neucimar Fraga estava perguntando a ele uma coisa que deixou uma dúvida que ficou no ar. Estava falando a respeito de armas. O senhor tinha alguma fuzil em casa?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, senhor. Fuzil, não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Alguém lhe passou algum fuzil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tinha só projétil.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Só projétil?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É, tinha algumas poucas balas de 556, que eram desse policial que disse que ganhou essas balas recarregadas de um policial federal que servia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse morreu também?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - É o Lucílio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, também morreu.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Morreu também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Morreu.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah, a gente... como é que...
(Riso.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não estou dizendo que o senhor... O senhor está entendendo errado. E deixa eu lhe explicar bem porque a gente fala esse "morreu também". Não é que o senhor tenha matado, não.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Ah, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É que o senhor esteja utilizando uma pessoa que morreu para ser descargo da coisa errada que existia lá. É isso.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Certo. É, isso eu não sou, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou sendo muito franco com o senhor.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Não, eu comprehendi.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É igual no morro ou na favela. O traficante adulto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, a dúvida que fica é essa: tudo que tem coisas grandes erradas: as balas proibidas, arma lixada, o rifle com silenciador e mira telescópica, tudo é de gente que já morreu. Quer dizer, então, é um negócio complicado da gente acreditar. Agora, seu Pratinha...

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...o senhor já disse tudo que tinha que dizer aqui, eu não vejo mais razão para continuar o seu depoimento.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Sim, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu lhe desejo boa sorte, mas quero lhe dizer que a sua defesa será muito difícil com essas versões.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas são verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essas versões vão ser muito difíceis de serem amparadas, comprehendeu?

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Mas são verdadeiras, são verdadeiras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E, desde já, então, eu dispenso o senhor.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E agradeço pela vinda aqui na CPI.

O SR. MARCO TÚLIO PRATA (Pratinha) - Eu é que agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero agradecer também ao Juiz Nelson Messias de Moraes, e fazer isso oficialmente, que foi o juiz que cuidou de toda a papelada e era sobre quem está a custódia do Sr. Pratinha e que permitiu também que ele viesse a esta CPI. Quero agradecer ao Dr. Gustavo Adélio Lara Ferreira, ao Dr. Magno César da Silva, ao detetive Demétrio Souza Homem, aos detetives Luiz Felipe e Luiz Girão, que estiveram aqui conosco. Muito obrigado. E vamos tentar continuar lutando pela Polícia aqui. E quero dizer que, na próxima semana, próxima quinta-feira, estaremos ouvindo o Sr. Hélio Garcia Ortiz e o Dr. Celso Ferro, e é sobre essas denúncias de que o crime organizado estaria utilizando quadrilhas de fraude em concurso para colocar como carcereiros, agentes prisionais, pessoas vinculadas ao crime organizado. Dou por encerrada esta sessão.